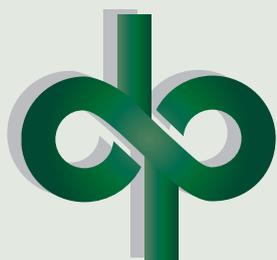




RELATÓRIO ANUAL 2016



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Defensoria Pública do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 666

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

(51) 3211-2233



www.defensoria.rs.def.br



[@_defensoriaRS](https://twitter.com/_defensoriaRS)



facebook.com/defensoriars



flickr.com/defensoriars



issuu.com/defensoriapublicadoriograndedosul



instagram.com/defensoriapublicars

Relatório Anual 2016

Defensoria Pública do Rio Grande do Sul

Outubro de 2015 a Setembro de 2016



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

5	Apresentação
7	Histórico Institucional
8	Linha do tempo
10	Estrutura
16	Defensoria em Números
21	Atendimentos
30	Núcleos Especializados
31	Ações Institucionais
33	Centro de Referência em Direitos Humanos
34	Projeto de Modernização Institucional
37	Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento
38	Defensoria Na Mídia
42	Perspectivas e Desafios

Apresentação

A Defensoria Pública, no cenário nacional, passou a ter autonomia e independência para o desempenho de sua missão institucional, a partir da Reforma do Judiciário, concretizada através da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, que modificou significativamente a Constituição Federal. Com efeito, a partir da nova ordem constitucional, os Estados passaram a fortalecer e a estruturar a Defensoria Pública, para prestarem de forma efetiva e eficiente a assistência jurídica integral à população vulnerável.

No Rio Grande do Sul, as mudanças estruturais exigidas pela nova ordem constitucional iniciaram em 2005 com a promulgação da Emenda Constitucional Estadual nº 50, de 24 de agosto de 2005. A alteração constitucional consagrou a autonomia administrativa, funcional, orçamentária e financeira do órgão. Desde então, a Instituição tem o compromisso de apresentar à sociedade gaúcha, anualmente, a sua estrutura e as atividades desenvolvidas. Assim, o relatório anual tem sido apresentado em sessão pública na Assembleia Legislativa do Estado há uma década.

A apresentação não constitui apenas uma sessão solene, revestida de protocolo e formalismo, mas, sobretudo, uma oportunidade única para que a sociedade gaúcha, representada pelos parlamentares estaduais, conheça as atividades e as necessidades da Instituição. Sem dúvida alguma, a interlocução com a Assembleia Legislativa tem sido determinante para a expansão e para a melhoria do atendimento à população gaúcha.

Como tem ocorrido nos últimos anos, o relatório compreende as atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública no período de 12 (doze) meses. Neste ano, o relatório contém, dentre outros itens, a estrutura organizacional, a área de atuação, as atividades desenvolvidas, os recursos humanos disponíveis e os dados orçamentários da Instituição no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Destaca-se, no âmbito nacional e na evolução do papel da Defensoria Pública, a Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, que estabeleceu, de forma expressa, a função institucional de promoção, difusão e conscientização dos direitos humanos e a legitimidade para propor ação civil pública para tutela dos direitos coletivos. Com efeito, a Defensoria Pública teve ampliado o rol de suas atribuições, aumentando sua responsabilidade na resolução dos conflitos sociais.

Para que a Defensoria Pública possa executar suas funções e atender a demanda social de forma



efetiva, o Congresso Nacional, através da Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014, reforçou a vocação da Defensoria Pública para atuar na solução extrajudicial dos litígios de forma prioritária, na promoção dos direitos humanos e na educação em direitos. Ainda, previu que, no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Defensores Públicos em todas as unidades jurisdicionais, e a lotação dos agentes deverá ocorrer, prioritariamente, em regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Aqui no Rio Grande do Sul, estamos próximos de estabelecer a atuação da Defensoria Pública, em caráter integral e permanente, em todas as 165 (cento e sessenta e cinco) comarcas da organização judiciária gaúcha. Para tanto, há necessidade de se aumentar o número de agentes e de servidores, bem como dotar o órgão de recursos indispensáveis para a estrutura de trabalho e de atendimento à população, especialmente no Interior do Estado.

Com isso, cada vez mais a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul terá um papel destacado, essencial ao sistema de justiça, firmando-se como Instituição moderna e de excelência, reconhecida e valorizada pela sociedade gaúcha, prestando assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados e vulneráveis, com eficácia e eficiência, e promovendo a cidadania e a dignidade da pessoa humana, fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Defensor Público-Geral do Estado
Cristiano Vieira Heerdt



Administração Superior



Defensor Público-Geral do Estado
Cristiano Vieira Heerdt



Defensor Público-Chefe de Gabinete
Rodrigo Gomes Pinho



Defensor Público-Assessor de Gabinete
Rogério Souza Couto

Subdefensorias Públicas-Gerais



Subdefensora Pública-Geral do Estado para Assuntos Institucionais
Cassandra Sibemberg Halpern



Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Jurídicos
Tiago Rodrigo dos Santos



Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Administrativos
Antonio Flávio de Oliveira



Defensores Públicos-Assessores Institucionais
Liseane Hartmann
Saulo Brum Leal Júnior



Defensores Públicos-Assessores Jurídicos
Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado
Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros



Defensoras Públicas-Assessoras Administrativas
Adriana Munhoz de Quadros
Melissa Torres Silveira

Ouvidoria-Geral



Ouvidora-Geral
Denise Dourado Dora

Corregedoria-Geral



Corregedora-Geral
Adriana Hervé Chaves Barcellos

Subcorregedora-Geral
Helena Maria Pires Grillo

Defensores Públicos-Corregedores
Fernanda Knijnik Milman
Gustavo Brunet de Souza
Marcelo Turela de Almeida

Conselho Superior

Cristiano Vieira Heerdt (Presidente)
Cassandra Sibemberg Halpern (Subdefensora Pública Institucional)
Adriana Hervé Chaves Barcellos (Corregedora-Geral)
Gustavo Oliveira da Luz
Alisson De Lara Romani
Neusa Maria Albrecht
Patrícia Bacchieri Duarte Alcântara
Andrey Régis de Melo
Tarcizio Scherer Perlin
Denise Dourado Dora (Ouvidora-Geral)
Felipe Facin Lavarda (ADPERGS)



Histórico Institucional

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), a população conta com o serviço de assistência judiciária gratuita há mais de quatro décadas. No entanto, foi somente em decorrência da Constituição de 1934 que o instituto da assistência judiciária ganhou novo patamar e consolidou-se como direito do cidadão e obrigação da União e dos Estados. A contar deste regramento, o RS instituiu um serviço governamental de assistência judiciária, assinalado com a criação do cargo de Consultor-Geral do Estado, pelo Decreto nº 5.950, de 19/06/1935.

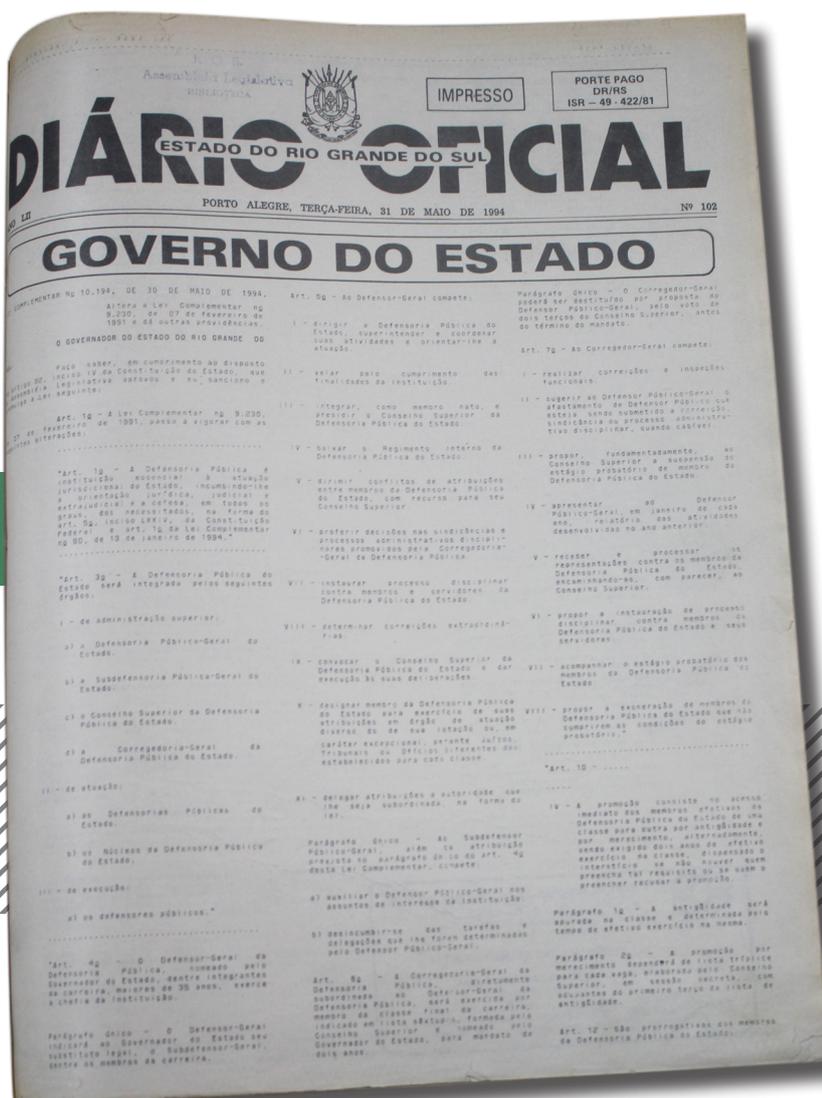
Posteriormente, o Decreto nº 17.114/65 instituiu o Departamento Jurídico Estadual, reunindo em um mesmo órgão as atribuições dos serviços de assistência judiciária e de consulta jurídica. Neste particular, foi criado o quadro de consultores Jurídicos e de advogados de Ofício da Consultoria-Geral do Estado. Anos mais tarde, este passou a ser denominado Procuradoria-Geral do Estado e, em seu organograma, havia a Unidade de Assistência Judiciária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 88, foi criada a Defensoria Pública em seu art. 134 e, com o disposto no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi assegurado também o direito a assistentes judiciários e advogados de ofício optarem pela carreira de Defensor Público. No Rio Grande do Sul, surgiu, no início da década de 90, a Defensoria Pública gaúcha, criada pela Lei Complementar Estadual nº 9.230/91.

Reprodução do Diário Oficial do Estado de 31 de maio 1994, que tratou da implementação da Defensoria Pública.

Todavia, apenas em 1994 o órgão foi implementado no Rio Grande do Sul nos moldes constitucionais, por meio da Lei Complementar nº 10.194/94. No âmbito federal, foi editada a Lei Complementar Federal nº 80/94, que instituiu a Lei Orgânica Nacional. Aqui no Estado, o primeiro concurso público para ingresso na carreira de Defensor Público veio a ocorrer em 1999. Em 2005, a Emenda Constitucional Estadual nº 50/05 contemplou a Defensoria Pública com a autonomia financeira, orçamentária, administrativa e funcional, além da iniciativa de lei e da eleição para a chefia institucional mediante lista tríplice. Em 2009, houve significativa modificação da Lei Orgânica Nacional, através da Lei Complementar Federal nº 132/09. Em 2014, a Emenda Constitucional nº 80/14 previu a expansão do atendimento a todas unidades judiciárias do país, no prazo de 8 anos.

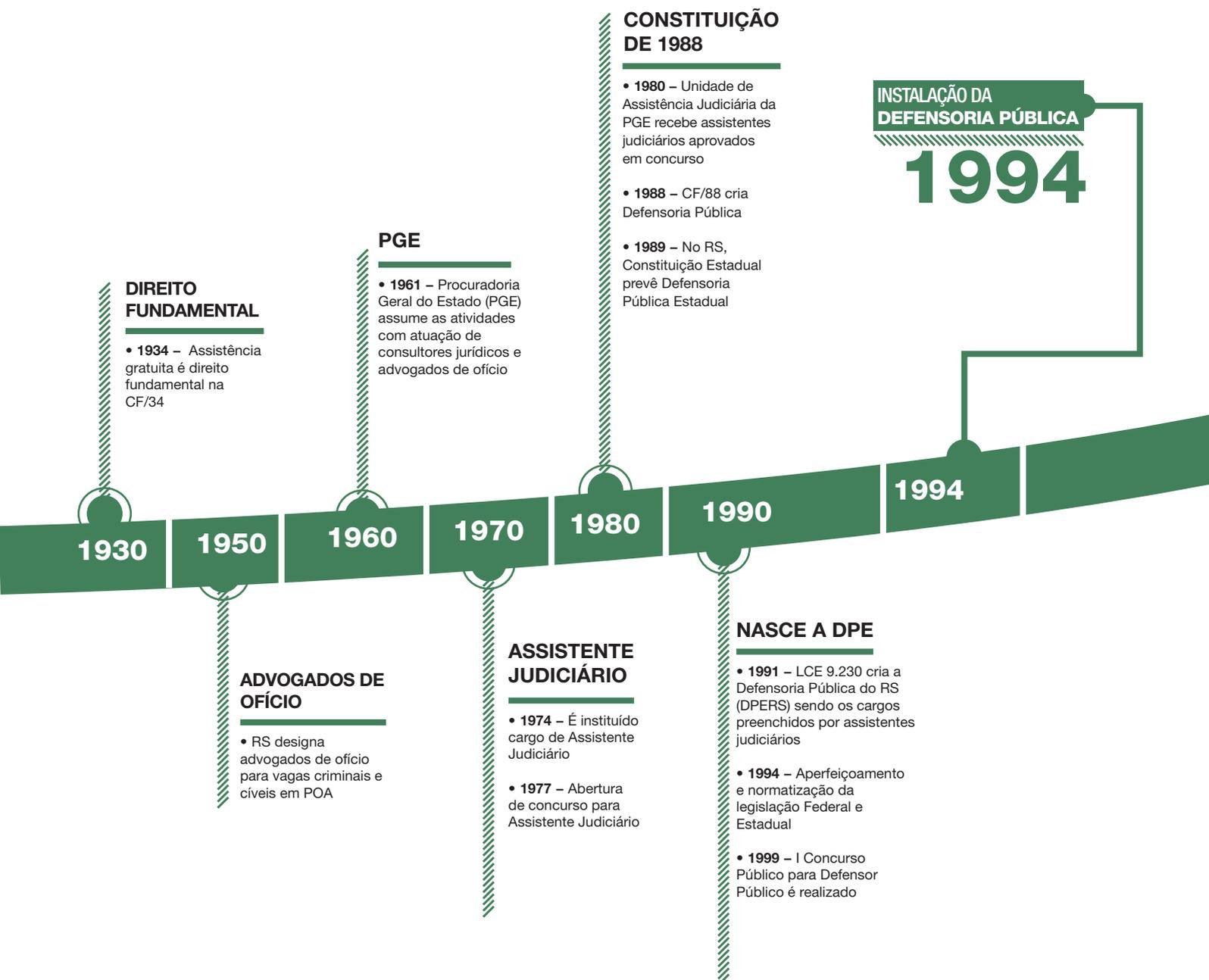
FONTE: Texto elaborado com base no livro A Defensoria Pública e o Acesso à Justiça Penal. SOUZA, Fábio Luis Mariani. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011

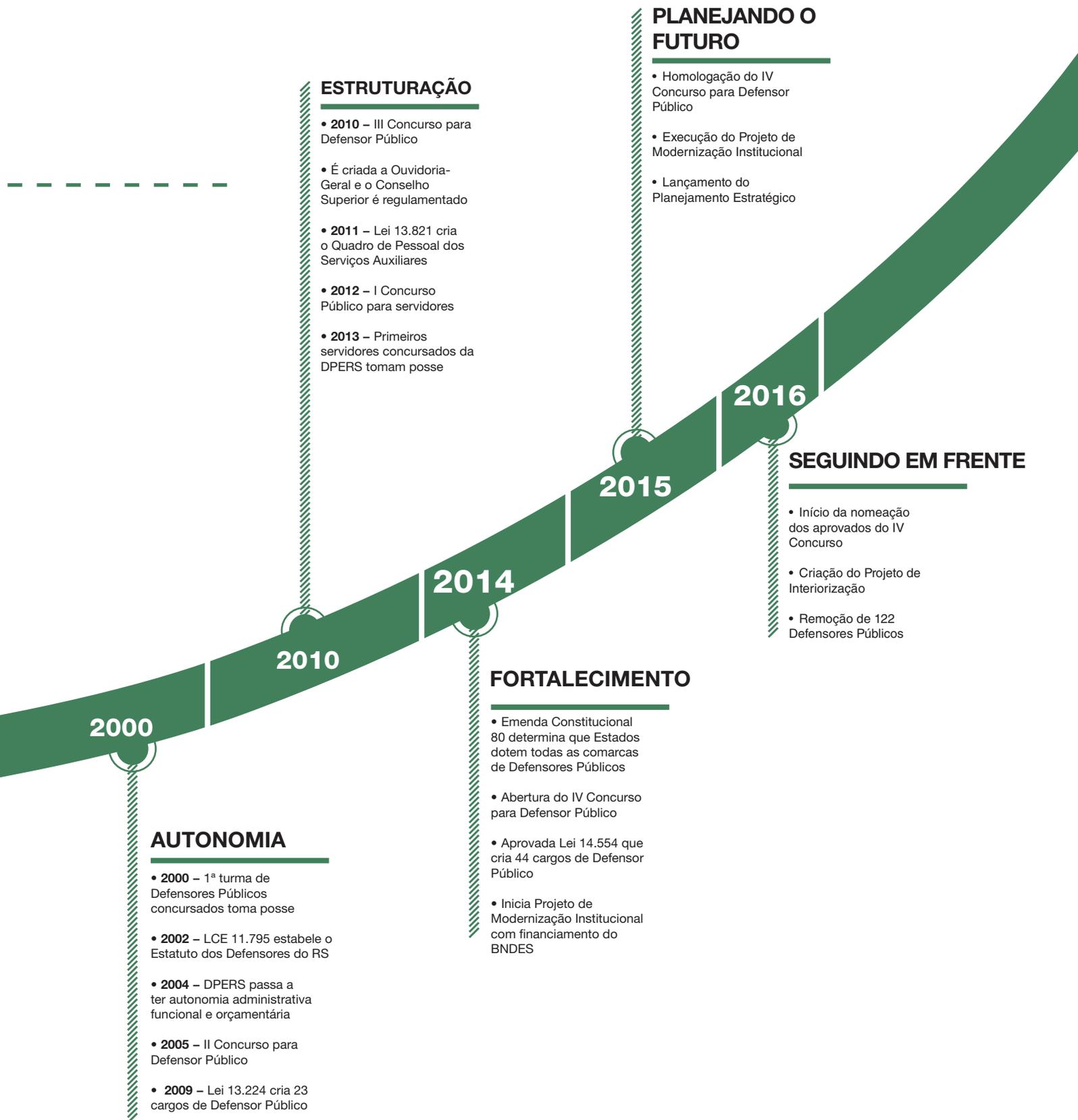




Linha do tempo

1930-2016





2000

AUTONOMIA

- 2000 – 1ª turma de Defensores Públicos concursados toma posse
- 2002 – LCE 11.795 estabelece o Estatuto dos Defensores do RS
- 2004 – DPERS passa a ter autonomia administrativa funcional e orçamentária
- 2005 – II Concurso para Defensor Público
- 2009 – Lei 13.224 cria 23 cargos de Defensor Público

2010

ESTRUTURAÇÃO

- 2010 – III Concurso para Defensor Público
- É criada a Ouvidoria-Geral e o Conselho Superior é regulamentado
- 2011 – Lei 13.821 cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares
- 2012 – I Concurso Público para servidores
- 2013 – Primeiros servidores concursados da DPERS tomam posse

2014

FORTALECIMENTO

- Emenda Constitucional 80 determina que Estados dotem todas as comarcas de Defensores Públicos
- Abertura do IV Concurso para Defensor Público
- Aprovada Lei 14.554 que cria 44 cargos de Defensor Público
- Inicia Projeto de Modernização Institucional com financiamento do BNDES

2015

PLANEJANDO O FUTURO

- Homologação do IV Concurso para Defensor Público
- Execução do Projeto de Modernização Institucional
- Lançamento do Planejamento Estratégico

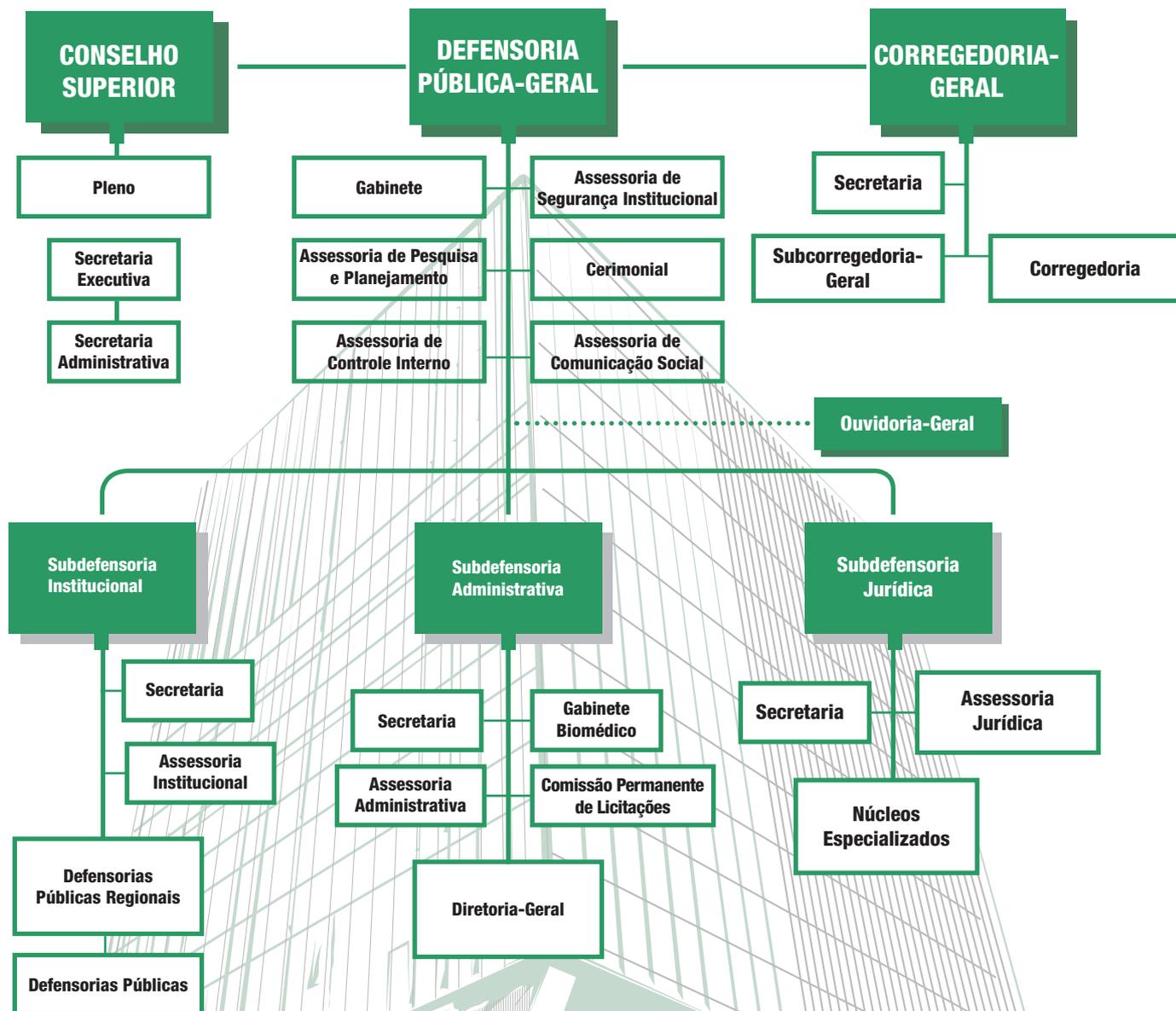
2016

SEGUINDO EM FRENTE

- Início da nomeação dos aprovados do IV Concurso
- Criação do Projeto de Interiorização
- Remoção de 122 Defensores Públicos



Estrutura



ATRIBUIÇÕES DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Os Defensores Públicos são agentes políticos com formação jurídica que ingressam na carreira mediante aprovação em concurso público. A legislação possibilita a atuação da Defensoria Pública em praticamente todas as áreas do Direito, com objetivo de assegurar o acesso à justiça a todos os cidadãos.

Entre as funções de Defensor Público estão:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos necessitados em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos consumidores, dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas da violência doméstica e familiar e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado;

- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização desses direitos;

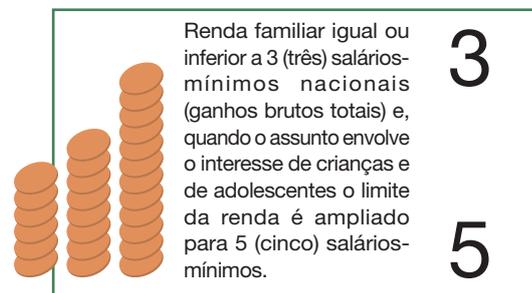
- Atuar em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, visando a assegurar o exercício pleno de direitos e garantias fundamentais.

Os Defensores Públicos atuam nas seguintes áreas:

Cível, Família, Saúde, Consumidor, Criança e Adolescente, Tributário, Administrativo, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Ambiental, Violência Contra a Mulher e Regularização Fundiária.

CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

A Defensoria Pública presta atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade que encontrem dificuldades para exercitar seus direitos. Dentre os critérios estão a vulnerabilidade econômica, a vulnerabilidade por razão da **idade**, **gênero**, **estado físico** e/ou **mental**, e em vulnerabilidade por circunstâncias **sociais**, **étnicas** e/ou **culturais**.



Deduções para aferição da renda familiar:

Deduções para aferição da renda familiar:

- meio salário-mínimo por dependente;
- parcelas devidas por lei ou determinação judicial, tais como impostos incidentes sobre a renda, verbas previdenciárias e pensão alimentícia;
- gastos ordinários com a moradia familiar, tais como despesas de água e energia, condomínio, aluguel e financiamento imobiliário para a aquisição de bem de família, até o limite de um salário-mínimo nacional.





Administração Superior

Coordenar as atividades da Defensoria Pública, orientar a sua atuação, representar a Instituição judicial e extrajudicialmente, assim como junto ao Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) é competência da Administração Superior. Diante de sua autonomia funcional administrativa e financeira, cabe à Administração Superior praticar atos de gestão, abrir concurso público e prover cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares, bem como manter diálogo

permanente com os demais Poderes e Instituições de Estado, buscando-se sempre o fortalecimento e o aprimoramento do acesso à justiça ao cidadão hipossuficiente e/ou vulnerável.

A Defensoria Pública tem autonomia funcional, administrativa e financeira, respeitando os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INTERIORIZAÇÃO DO GABINETE

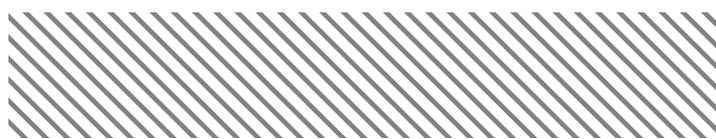
Visando aproximar a Administração e conhecer as demandas do interior, esclarecer dúvidas de Defensores Públicos e servidores da instituição e manter diálogo constante e transparente sobre a atuação e a atividade-fim, foi lançado pelo Defensor Público-Geral do Estado, Cristiano Viera Heerdt, o projeto “Interiorização do Gabinete” em setembro deste ano. Ao longo de 2016 e 2017, nove visitas serão realizadas e vão contemplar todas regiões do interior do Estado, com encontros regionais congregando várias comarcas do interior. O primeiro encontro ocorreu em Santana do Livramento e recebeu agentes e servidores das comarcas de Bagé, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, São Gabriel, Caçapava do Sul e da própria Santana do Livramento. A programação do projeto envolve reunião com a Administração Superior, Direção-Geral da Instituição, além de *media training* com o setor de Comunicação e apresentação do Portal da Defensoria.



ENCONTRO INSTITUCIONAL



Aproximadamente 220 Defensores e Defensoras Públicas participaram do Encontro alusivo à Semana da Defensoria Pública, em maio, promovido pela Administração Superior com apoio da Associação dos Defensores Públicos (ADPERGS). A Semana da Defensoria Pública contemplou uma programação de diversas atividades institucionais em homenagem ao dia do Defensor Público, que é comemorado no dia 19 de maio. Neste ano, a temática do encontro foi a humanização do atendimento ao público.



Subdefensorias Públicas-Gerais

SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais compete, precipuamente, planejar, implementar e coordenar as atividades institucionais dos órgãos de administração, de atuação e de execução da Defensoria Pública, estabelecendo as rotinas e as escalas de trabalho e dirimindo dúvidas sobre aspectos de atuação, além de outras atribuições. Dentre essas atribuições, reúnem-se os dados estatísticos da Instituição, confeccionam-se despachos,

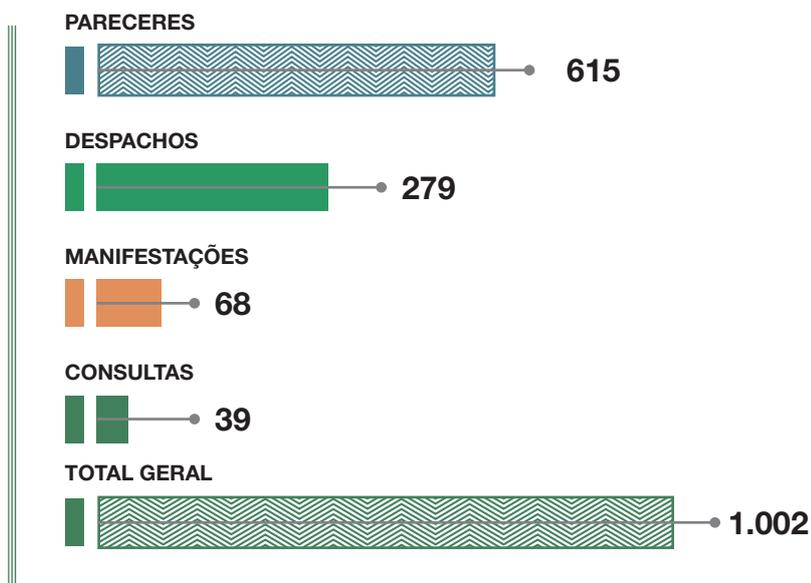
manifestações, pareceres e ofícios nas solicitações de atividades extraordinárias, atentando-se à continuidade e à manutenção da qualidade do serviço público prestado. Este órgão possui substancial atuação no implemento de medidas que visem a conferir maior eficiência à Instituição, como o implemento dos 44 novos órgãos de atuação, concretizado por meio da aprovação pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, publicizado pela Portaria CSDPE nº 03/2016.

Pareceres	60
Manifestações	154
Despachos	114
Ofícios	462
Remoções*	157
Portarias	533
Fale Conosco	2626
Flagrantes encaminhados	1432

*35 do 1º edital e 122 do 2º edital

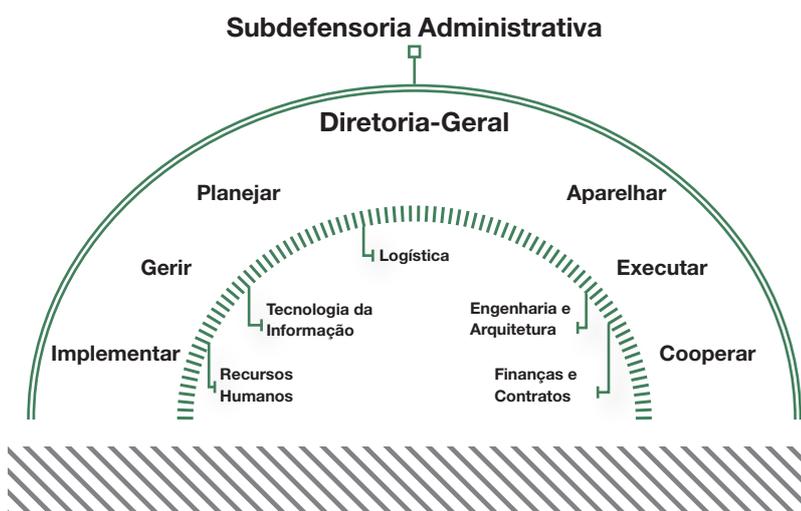
SUBDEFENSORIA JURÍDICA

A Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos é órgão da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado e está vinculada diretamente à Defensoria Pública-Geral. Entre suas atribuições destacam-se a elaboração de anteprojetos de lei e acompanhamento do processo legislativo das matérias de interesse e afetas à atuação da Defensoria Pública e a emissão de pareceres e manifestações em expedientes administrativos. A Subdefensoria Jurídica tem intensa atuação junto ao Parlamento Gaúcho, no acompanhamento da tramitação de projetos de lei e propostas legislativas de iniciativa da Defensoria Pública do Estado, e ao Tribunal de Contas do Estado. Além disso, atua na orientação e integração das atividades jurídicas desenvolvidas pelos Defensores Públicos, promovendo a integração e o intercâmbio entre os Núcleos Especializados, os quais estão sob sua coordenação.



SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos incumbe o planejamento, a coordenação e a execução da política administrativa da instituição, de forma a promover o bom aparelhamento das instalações físicas das Defensorias Públicas Regionais localizadas na Capital e nas diversas comarcas do Estado. Incumbe, ainda, gerir o sistema de pessoal da Defensoria Pública do Estado, bem como coordenar as finanças da instituição, participando, inclusive, da construção da proposta orçamentária, que implica planejamento e estabelecimento de projetos e metas a serem executados no ano financeiro subsequente. O desafio está em implementar melhorias nas condições de atendimento aos assistidos e de trabalho dos Defensores e servidores, de molde a consolidar o pleno acesso à Justiça dos necessitados.





CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior é o órgão da Administração Superior, com nove membros titulares, que desempenha atividades consultivas, normativas e decisórias.

Realizações importantes no período

- Publicação da Resolução CSDPE nº 12/2015, que institui o Diário Eletrônico Oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul como meio oficial de comunicação dos atos administrativos, bem como de suas comunicações em geral;
- Publicação da Resolução CSDPE nº 03/2016, que regulamenta e altera as atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado;
- Publicação da Resolução CSDPE nº 13/2016, que cria a Defensoria Pública Itinerante;
- Publicação da Resolução CSDPE nº 15/2016, que disciplina a atuação da Defensoria Pública do Estado nas audiências de custódia a serem realizadas no Estado do Rio Grande do Sul;
- Realização da eleição para Corregedor-Geral;
- Realização da eleição para o Conselho Superior da Defensoria Pública.

Reuniões Realizadas pelo Conselho Superior	
Ordinárias	6
Extraordinárias	10

CORREGEDORIA

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável pela orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

AÇÃO	REALIZAÇÕES
Orientações escritas	37
Avaliações de estágios probatórios	58
Relatórios finais de estágios probatórios	28
Pareceres expedidos	304
Análises de justificativa para não interposição de recursos	262
Análises de propostas de alterações de atribuições e criação de DPE Especializadas	11
Averiguação Preliminar (Defensores Públicos e Servidores), Sindicâncias e Procedimento Administrativo Disciplinar (Servidores)	36

OUIDORIA

A Ouvidoria é um espaço para promover, ampliar e facilitar o diálogo com a população, garantindo o acesso à justiça. É um órgão auxiliar para melhorar a atuação dos Defensores Públicos.

Algumas ações do período:

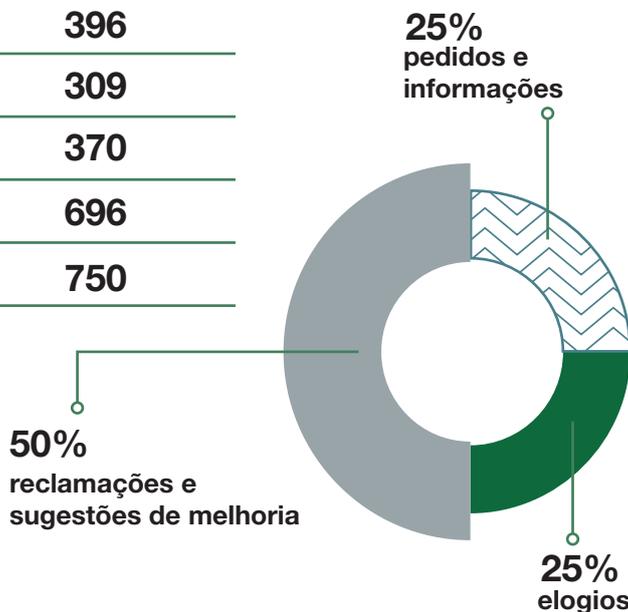
Realização do Painel *A Defensoria Pública e a Sociedade Civil: Direitos e Vulnerabilidades*; Atendimentos Individuais; Elaboração dos Projetos *Ouvindo as Mulheres da Justiça*, *Ouvindo as Mulheres do Campo* e *Ouvindo o Povo de Terreiro*; e Promoção de Ciclos de Debates: *Outra Justiça é Possível*, *Justiça: Fronteiras e Traduções*, *Os Gêneros e as Cores da Justiça* e *Democracia, Direitos Humanos e Sistema de Justiça*.

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUIDORIA

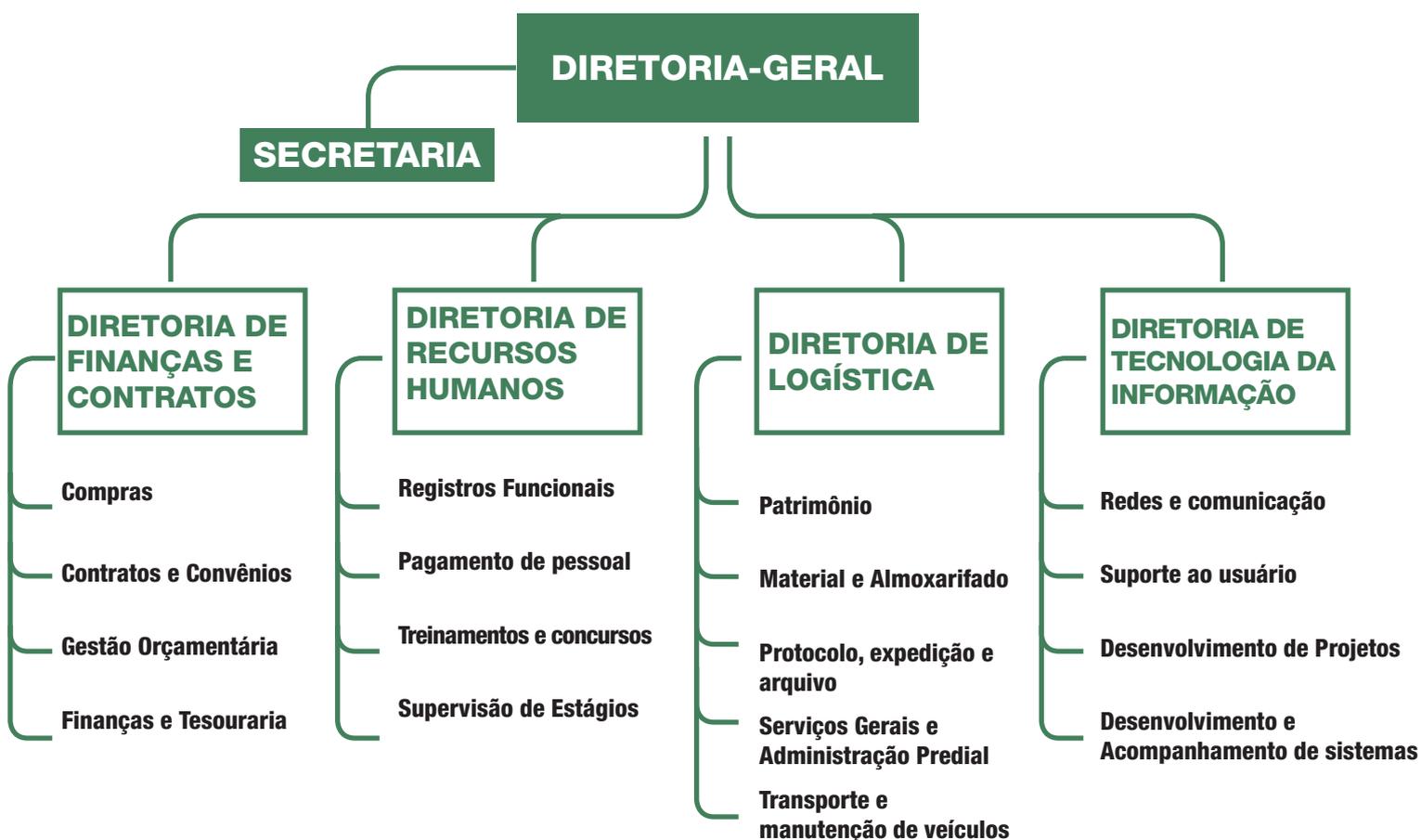
ANO	Nº ATENDIMENTOS
2011	196
2012	396
2013	309
2014	370
2015	696
2016*	750

*Até 30/09

1.018
FOI O NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS



Organograma Administrativo





Defensoria em Números

Evolução do Orçamento da DPERS*

Orçamento	2015	2016
Pessoal	278.588.549	286.946.205
Custeio	44.925.149	44.950.688
Investimento	29.844.941	25.054.376
Total**	353.358.639	356.951.269
Varição Anual do Orçamento		1,01%

*Dotação com alteração

**em R\$ mil

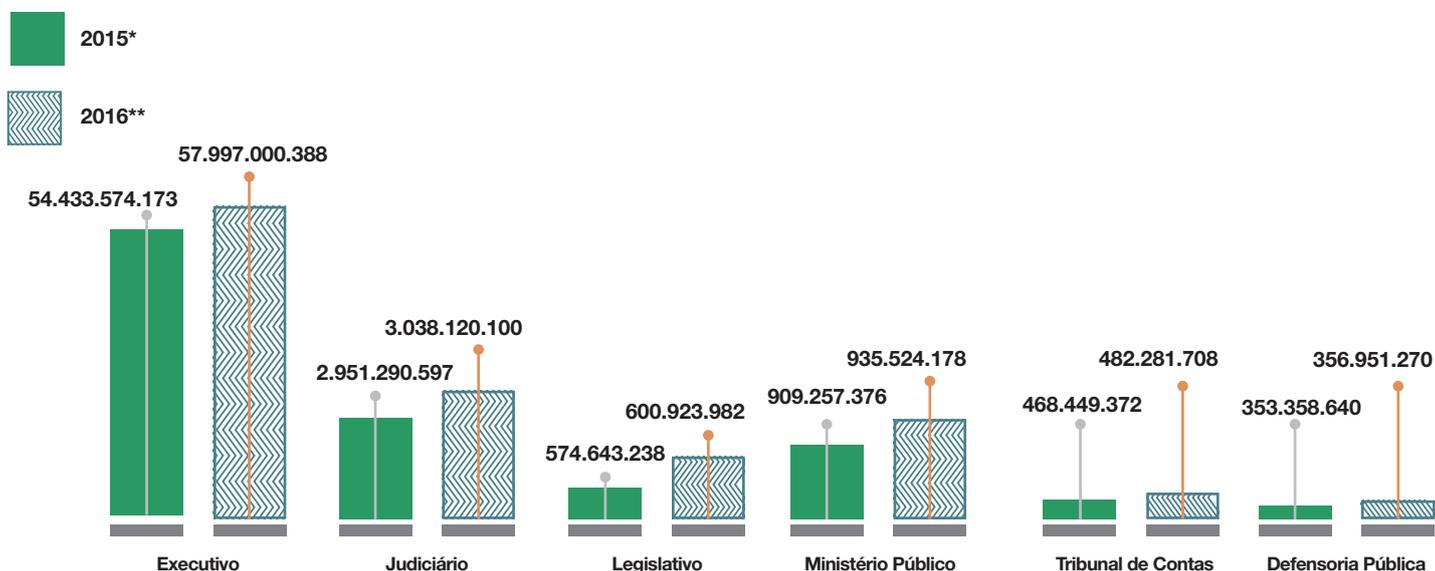
Dotação Orçamentária dos Poderes

Poder	2015*	2016**
Executivo	54.433.574.173	57.997.000.388
Judiciário	2.951.290.597	3.038.120.100
Legislativo	574.643.238	600.923.982
Ministério Público	909.257.376	935.524.178
Tribunal de Contas	468.449.372	482.281.708
Defensoria Pública	353.358.640	356.951.270
Total	59.690.573.396	63.410.807.626

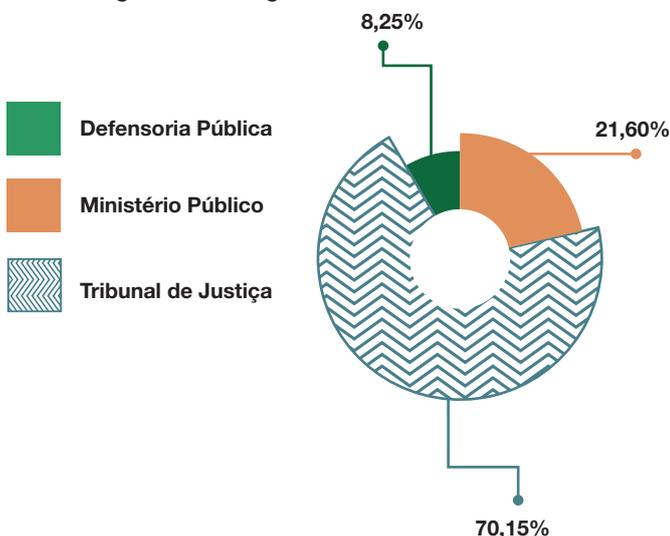
*Dotação Alteração

**Dotação Inicial

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA



Dotação Orçamentária do Sistema de Justiça

Órgão	Orçamento 2016	% Representação
Tribunal de Justiça	3.038.126.100	70,15
Ministério Público	935.524.178	21,60
Defensoria Pública	356.951.270	8,25
Total	4.330.601.548	100

Projetos e Atividades em Execução no Exercício 2016

Projeto	Total	Empenhado	Saldo a liberar
2961 - Atendimento Jurídico e Judicial à População Carente	251.038,00	0,00	251.038,00
2979 - Contribuição Patronal FAS/RS - Ativos - DPE	2.281.670,56	1.476.048,33	805.622,23
5896 - Modernização Estrutural e de Gestão - DPE - BNDES	20.900.000,00	3.332.369,82	17.577.630,18
5932 - Aparelhamento da Defensoria Pública	1.560.788,40	276.074,64	1.284.713,76
5933 - Aquisição, Construção, Instalação e Reforma - Unidade Atendimento e Sedes ADM DPE	1.790.972,23	224.407,64	1.566.564,59
6308 - Remuneração do Pessoal Ativo - DEFPUB	190.479.515,78	137.495.231,14	52.984.284,64
6365 - Contribuição Patronal do Fundo de Assistência à Saúde (FAS/RS) - Inativos/Pensionistas - DPE	2.124.774,39	1.745.555,19	379.219,20
6391 - Apoio Administrativos e Qualificação da Infra-Estrutura - DEFPUB	33.655.801,37	25.625.985,01	8.029.816,36
6673 - Publicidade Institucional - DEFPUB	200.000,00	27.053,87	172.946,13
6755 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura - DPE/FADEP	1.835.751,00	244.077,70	1.591.673,30
6808 - Indenizações, Restituições e Auxílios a Pessoal Ativo - DEFPUB	8.626.714,00	4.401.638,12	4.255.075,88
8112 - Aparelhamento da Defensoria Pública - FADEP	1.174.000,00	134.862,30	1.039.137,70
8316 - Contribuição Patronal ao RPPS/RS - Defensoria Pública	48.114.672,76	33.541.686,31	14.572.986,45
8317 - Complementação Financeira ao RPPS/RS - DPE	37.942.588,54	27.281.787,79	10.660.800,75
8416 - Contribuição Patronal para o FUNDOPREV - Civil - DEFPUB	6.012.982,97	4.819.491,72	1.193.491,25
Total Geral	356.951.270,00	240.616.269,58	116.335.000,42



Recursos Humanos

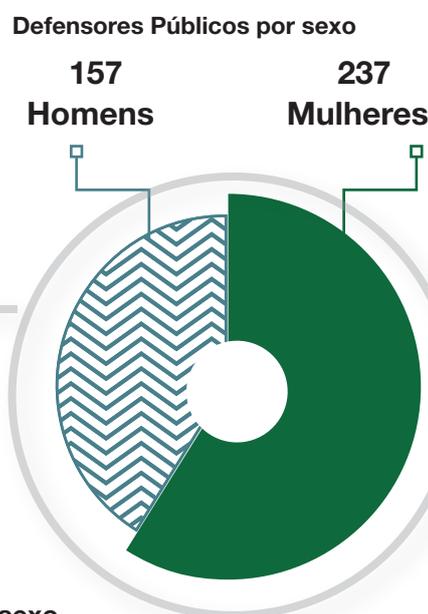
A gestão de pessoas na DPERS é um dos pontos focais do Projeto de Modernização Institucional (PMI). Além da implantação do modelo de gestão por competências que possibilita o acompanhamento e o desenvolvimento de Defensores e servidores a partir dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o atendimento de suas atribuições, está previsto o redesenho dos processos de recursos humanos pra que estejam mais alinhados aos novos desafios da instituição.

Quadro Demonstrativo dos Defensores Públicos			
Classe	Classe	Providos	Vagos
Inicial	202	137	65
Intermediária	85	85	0
Final	87	87	0
Especial	85	85	0
Totais	459	394	65

*posição em 15/10/16

Defensores Públicos por faixa etária	
Faixa etária	Total
20-25	2
26-30	31
31-35	81
35-40	108
41-45	95
46-50	39
51-60	23
61-69	15
Total Geral	394

*posição em 15/10/16



Relatório Quadro Administrativo			
Cargo	Lotação	Provido	Vago
Analista	250	209	41
Técnico	450	192	258

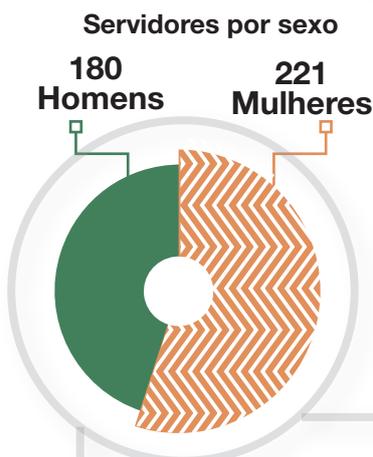
*posição em 15/10/16

Servidores por faixa etária	
Faixa etária	Total
20-25	30
26-30	148
31-35	107
36-40	59
41-45	31
46-50	15
51-60	11
Total Geral	401

*posição em 15/10/16

Outros Vínculos		
Comissionados	66	90
Adidos	24	

*posição em 15/10/16



Servidores Ativos		
Nomeações		
Analista	0	0
Técnico	0	
Exonerações		
Analista	25	70
Técnico	45	

*posição em 15/10/16

Estagiários	
Remunerados	801
Voluntários	352

*posição em 15/10/16

Ingresso de novos Agentes

Em julho de 2016 iniciou o processo de nomeação e posse dos aprovados no IV Concurso para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul. O resultado final do concurso, com a aprovação de 80 candidatos, foi homologado em agosto de 2015. No total, 5.171 inscritos concorreram a 28 vagas para a classe inicial da carreira de Defensor Público. O concurso teve, ao total, cinco fases: objetiva, escrita dissertativa, oral, tribuna e títulos.

O Defensor Público-Geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt, nomeou 29 novos agentes até outubro de 2016. Todos os novos agentes serão submetidos a um curso de capacitação na sede da Instituição, em Porto Alegre, e depois assumirão suas funções em comarcas do interior gaúcho, ampliando a atuação e a capilaridade da Defensoria Pública.

Cidades contempladas

- Alegrete
- Canguçu
- Dom Pedrito
- Encantado
- Espumoso
- Frederico Westphalen
- Itaqui
- Júlio de Castilhos
- Rio Grande
- Rodeio Bonito
- São Gabriel
- São Luiz Gonzaga
- São Sepé
- São Francisco de Assis
- Santa Maria
- Santana do Livramento
- Santa Rosa
- Santiago
- Santo Augusto
- Soledade
- Tenente Portela
- Três Passos
- Tupanciretã
- Vacaria

1ª TURMA EMPOSSADA EM 15/07/2016



2ª TURMA EMPOSSADA EM 05/08/2016



3ª TURMA EMPOSSADA EM 09/09/2016



4ª TURMA EMPOSSADA EM 14/10/2016

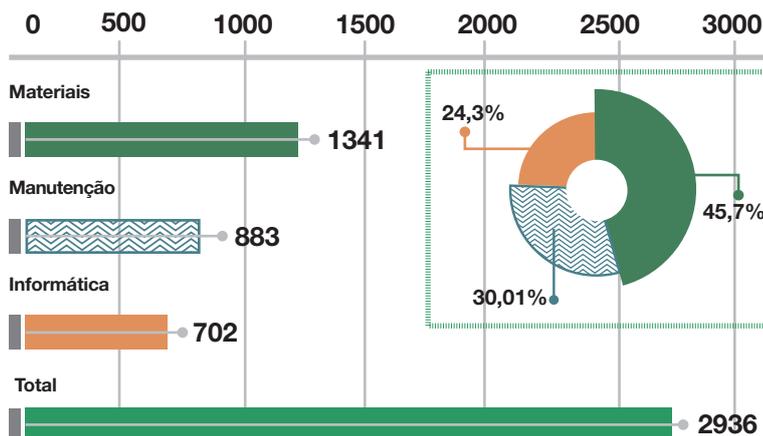




Logística

A Diretoria de Logística realiza o planejamento, coordenação e orientação das unidades de Patrimônio, Material e Almoxarifado, Protocolo, Expedição e Arquivo, Serviços Gerais e Administração Predial e Transportes e Manutenção de Veículos, assim como a gestão das rotas de atendimento, revitalização e manutenção das sedes da Defensoria e padronização dos bens e materiais da instituição. Responsável também pela elaboração de Termos de Referência para compra de materiais permanente e de expediente, gestão e fiscalização dos contratos de limpeza, manutenção predial, portaria e dos contratos de locações da DPE e suas Defensorias Públicas Regionais, além de ser o suporte de apoio em mutirões e eventos.

Número de atendimento por setor



- Há 172 locais de atuação da Defensoria Pública atendidas pela Diretoria de Logística:
- Cedências — 1
 - Concessão Remunerada de Uso — 1
 - Destinação de Imóvel — 10
 - Locações — 52
 - Foro / Convênio TJ — 108

Tecnologia da Informação

Ao longo de 2016, a Diretoria de Tecnologia da Informação, responsável pela gestão dos recursos tecnológicos de natureza tangível e intangível, dentre projetos de modernização do parque tecnológico e desenvolvimento de sistemas, elaborou o, possivelmente, mais importante dos instrumentos de planejamento estratégico funcional, o Plano Diretor de TI (PDTI). O PDTI passa, a partir de agora, a ser o documento norteador da alocação de recursos em tecnologias da informação, alinhado ao Planejamento Estratégico da Defensoria, em nível organizacional.

Ainda, a Diretoria de TI realizou lançamentos e atualizações periódicas e regulares com novas funcionalidades ao Portal da Defensoria, sempre buscando automatizar tarefas e permitir a Defensores, servidores e estagiários dedicarem seus esforços diretamente ao atendimento das pessoas assistidas pela Instituição. Além disso, com o intuito de melhorar a estrutura da rede de dados, promoveu nova contratação com aumento das velocidades de transmissão e redução pela metade nos custos totais com a rede interna, dentre muitas outras atividades estratégicas para o alcance da missão constitucional da Defensoria.

Engenharia e Arquitetura

A Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial (DEAM) é responsável pela área de projetos, execução e manutenção das Defensorias Regionais e intervenções de obras de modernização do prédio-sede da Defensoria Pública. Desenvolve atividades ancoradas em normas técnicas, realizando projetos arquitetônicos, elétricos e de lógica e de comunicação visual. Elabora termos de referência para fornecimento de materiais e contratação de serviços no âmbito da engenharia e arquitetura, pareceres e laudos técnicos de condições de utilização de novos imóveis a serem utilizados pela Defensoria, projetos e execução da estruturação das instalações utilizadas pelas Defensorias Regionais, e tem atuado na implantação do Programa de Modernização Institucional (PMI), envolvendo-se na revitalização da fachada do prédio-sede, na reforma geral do prédio da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA), na modernização dos elevadores, no projeto para reforma da subestação, no projeto de reforma dos andares internos e no projeto da unidade móvel.

Elaborou o Plano Diretor de TI (PDPI)



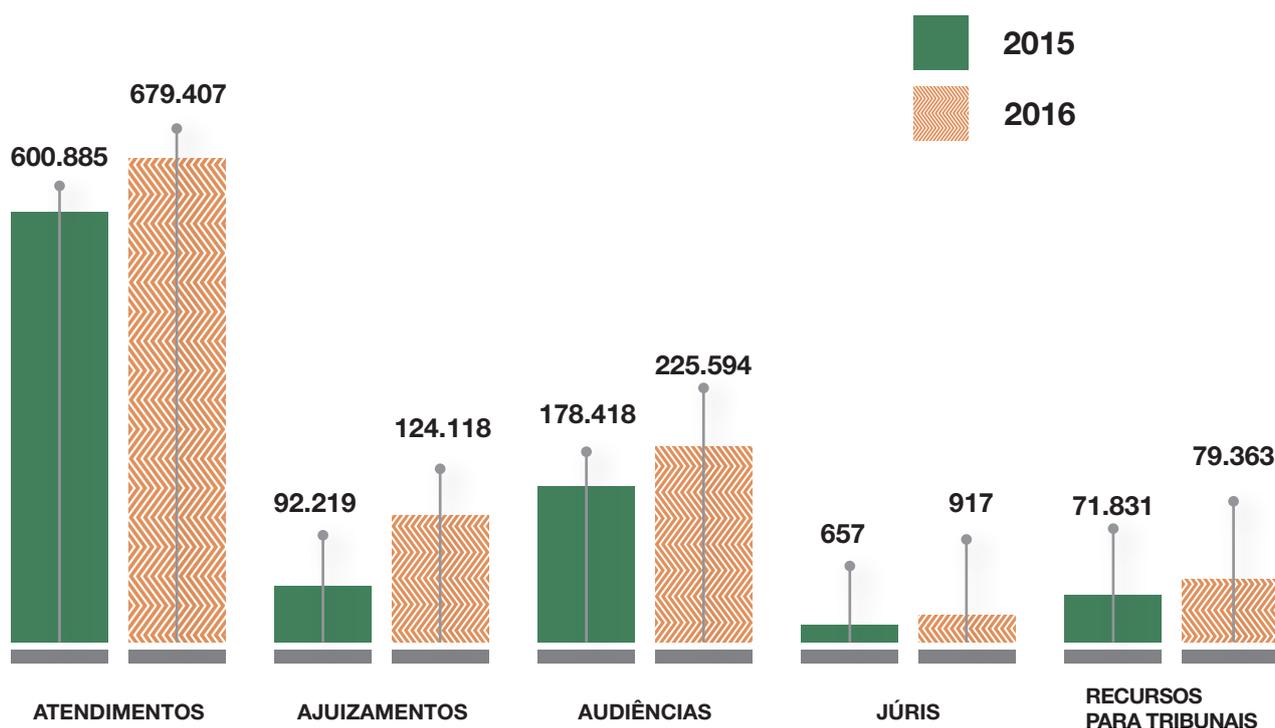
Foram realizadas estruturações de nove sedes novas, 18 adequações de layout, uma ampliação e 11 vistorias com emissão de parecer técnico.

Atendimentos

Quadro Geral de Atividades

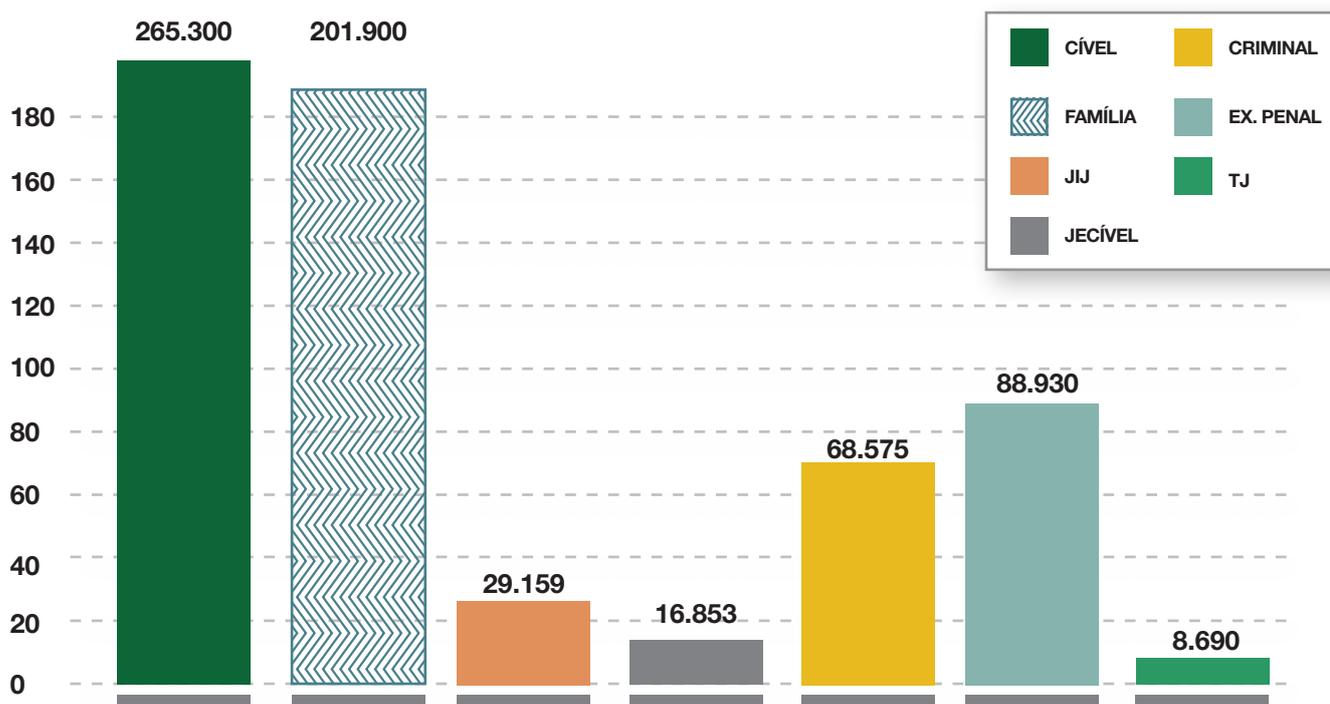
ATIVIDADE	CÍVEL	FAMÍLIA	JIJ	JECÍVEL	CRIMINAL	EX. PENAL	TJ	TOTAL
ATENDIMENTOS	265.300	201.900	29.159	16.853	68.575	88.930	8.690	679.407
AJUIZAMENTOS	32.276	50.454	4.863	4.171	3.472	103	4.398	124.118
AUDIÊNCIAS	8.536	35.614	22.565	926	97.044	14.545	46.364	225.594
RECURSOS PARA TRIBUNAIS	16.788	4.079	8.124	1.717	26.658	12.401	9.596	79.363
JÚRIS	-	-	-	-	917	-	-	917
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	14.940	2.857	487	310	727	647	201	20.169
MANIFESTAÇÕES	146.106	120.025	36.074	7.410	135.021	22.543	8.276	475.455

Comparativo de Atividades 2015 x 2016



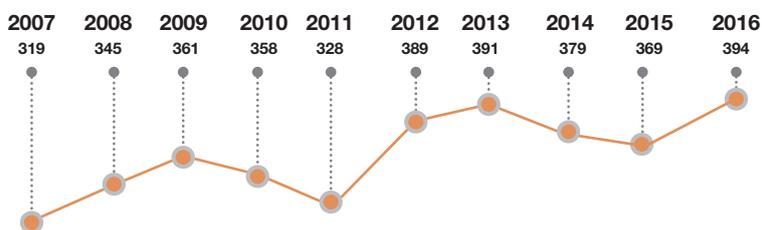


ATENDIMENTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO 2016

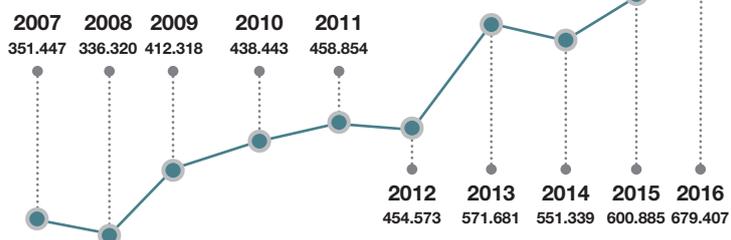


Evolução da produtividade 2007 x 2016

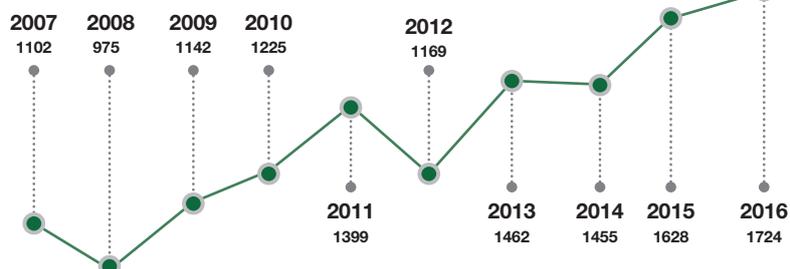
NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS



NÚMERO DE ATENDIMENTOS



NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR DEFENSOR



Locais de Atendimento

Brasília	
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Defensoria Pública Regional dos Tribunais Superiores	Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6 – Bloco E – Sala 916 - Bairro Asa Sul. Brasília / DF – (61) 3224.4495

Porto Alegre	
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Tribunal de Justiça	Avenida Borges de Medeiros, 1565 – 4º Andar, sala 404. Bairro: Praia de Belas. Telefone: (51) 3212-0539
Defensorias Públicas do Foro Central I	Rua Márcio Luís Veras Vidor, 10. Telefone: (51) 3224-0777
Defensorias Públicas do Foro Central II	Rua Manoelito de Ornelas, 50 Telefone: (51) 3259-3735
Defensorias Públicas do Foro Regional do 4º Distrito	Avenida Pernambuco, 649. Bairro: Navegantes Telefone: (51) 3325-5128
Defensorias Públicas do Foro Regional do Alto Petrópolis	Avenida Protásio Alves, 8144. Bairro: Petrópolis Telefone: (51) 3386-9100
Defensorias Públicas do Foro Regional do Partenon	Avenida Cel. Aparício Borges, nº 2025 – Térreo, sala 106. Telefone: (51) 3339-5877 e (51) 3319-8735
Defensorias Públicas do Foro Regional da Restinga	Rua João Antônio da Silveira, 2545. Bairro Restinga Telefone: (51) 3250-1244
Defensorias Públicas do Foro Regional do Sarandi	Avenida Assis Brasil, 7625 – 3º Andar. Bairro: Sarandi Telefone: (51) 3365-4233
Defensorias Públicas do Foro Regional do Tristeza	Avenida Otto Niemeyer, 2000. Bairro Tristeza. Telefone: (51) 3250-1013 e (51) 3241-5820
Defensorias Públicas Cíveis e Criminais (IPERGS)	Avenida Borges de Medeiros, 1945 – 8º andar - Bairro Praia de Belas Telefone: (51) 3224-2171
Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Prédio-Sede	Rua Sete de Setembro, 666 - Bairro: Centro Histórico Telefone: (51) 3211-2233
Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Centro Vida	Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2132. Bairro: São Sebastião Telefone: (51) 3347-5144
Justiça Militar	Avenida Praia de Belas, 799. Telefone: (51) 3228-4460/ Rua Cel. André Belo, nº 72 Telefone: (51) 3224-4173
Justiça Instantânea	Avenida Augusto de Carvalho, 2000 – Sala 215. Bairro: Praia de Belas Telefone: (51) 3226-0214
Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)	Rua Caldas Júnior, 352 – Bairro: Centro Histórico – 0800 6444556 ou (51) 3210-9000

Interior		
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Agudo	Agudo, Paraíso do Sul	Rua Ramiro Barcelos, nº 234 – Térreo, sala 109. Bairro: Centro. / (55) 3265-3195
Alegrete	Alegrete	Avenida Tiarajú, 1002 - 2º andar. Bairro Ibirapuitã / (55) 3421-2521
Alvorada	Alvorada	Rua Maringa, 280. Bairro: Maringá. / (51) 3411-1769
Antônio Prado	Antônio Prado, Ipê, Nova Roma do Sul	Rua Doutor Ramiro Barcelos, 115 – Térreo, sala 113. FÓRUM. / (54) 3293-3310
Arroio do Meio	Arroio do Meio, Bréscoa, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Bréscoa, Pouso Novo, Traveseiro	Rua Gen. Daltro Filho, 299, Centro, Arroio do Meio. / (51) 3716-2537
Arroio do Tigre	Arroio do Tigre	Rua Wili Helinger, 393 – Sala 105, Bairro Centro. / (51) 3747-2047
Arroio Grande	Arroio Grande, Estrela Velha, Tunas	Rua Dr. Monteiro, 1320 – Térreo. Bairro: Centro. / (53) 3262-1753
Arvorezinha	Arvorezinha, Ilópolis, Itapuca, Putinga	Rua Encantado 727, Bairro Centro. / (51) 3772-1371
Augusto Pestana	Augusto Pestana, Jóia	Rua Venâncio Aires, 2470. Bairro Centro./ (55) 3334-1180
Bagé	Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra	Av. Bento Gonçalves, 499. Sala D 202, Centro. / (53) 3247-1911
Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sertão Santana	Rua Cel. Araújo Ribeiro, 296. Fórum, Bairro: Centro. / (51) 3482-2315
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves, Monte Belo, Pinto Bandeira	Av. Planalto, 1420, Bairro: São Bento / (54) 3453-6989



Locais de Atendimento

Interior		
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Bom Jesus	Bom Jesus, Jaquirana, São José dos Ausentes	Rua Sete de Setembro, 388. Bairro: Centro. / (54) 3237-2169
Butiá	Butiá, Minas do Leão	Avenida Getúlio Vargas, 909 – sala 116. Bairro Cidade Alta. / (51) 3652-2369
Caçapava do Sul	Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista	Rua Lúcio Jaime, 387 Bairro: Centro. / (55) 3281-1307
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais	Rua Silvío Scopel, 1200 – 2º Andar, sala 201. Bairro: Santo Antônio. / (51) 3724-0295
Cachoeirinha	Cachoeirinha, Capitão, Coqueiro, Baixo Nova, Brésia, Pouso Novo, Travesseiro	Rua Manatá, 690 – Térreo, sala 115, 5º andar, sala 503. Bairro: Vila Monte Carlo / (51) 3439-3259 / (51) 3439-3616
Camaquã	Arambaré, Camaquã, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano	Avenida Antônio Duro, 260 – salas 302, 305 e 307. Bairro: Centro. / (51) 3671-1509 / (51) 3692-2755
Campina das Missões	Campina das Missões, Cândido Godói, São Paulo das Missões	Rua Porto Alegre, 330. Sala 101, Bairro Centro. / (55) 3567-1511
Campo Bom	Campo Bom	Avenida dos Estados, 800 – 3º andar. Centro. / (51) 3597-0522
Campo Novo	Braga, Campo Novo, Sede Nova	Rua Fernandes Araújo, 406. Sala 102, Bairro Centro. / (55) 3528-1442
Candelária	Candelária	Pereira Rego, 1485. Bairro Centro. / (51) 3743-3029
Canela	Canela	Rua Augusto Pestana 342. Sala 231/232, Bairro Centro. / (54) 3282-9889
Canguçu	Canguçu	Rua Júlio de Castilho, 803. Bairro Centro. / (53) 3252-3591
Canoas	Canoas, Nova Santa Rita	Coronel Marcelino 25, Bairro Centro. / (51) 3472-0366 / (51) 3472-2428
Capão da Canoa	Capão da Canoa, Xangri-Lá	Rua Peri, 1645. Bairro Zona Nova / (51) 3625-6612, (51) 3625-5661 e (51) 3625-6571
Carazinho	Almirante Tamandaré, Carazinho, Chapada, Coqueiro do Sul	Rua Ernesto Alves 244, Bairro Centro. / (54) 3331-1774 e (54) 3331-1820
Carlos Barbosa	Carlos Barbosa, Barão	Rua Rui Barbosa, 126. Sala 112, Bairro Centro. / (54) 3461-5539
Casca	Casca, Ciríaco, Davi Canabarro, Nova Araçá, Parai, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini	Rua Monteiro, 195. Centro. / (54) 3347.2387
Catuípe	Catuípe	Rua Cel bicaço, 262. Bairro Centro. / (55) 3336-1055
Caxias do Sul	Caxias do Sul, São Marcos	Av. Independência, 2393 - Térreo. Bairro Panazzolo / (54) 3228.2298
Cerro Largo	Cerro Largo, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama	Av. Independência, 2393 - Térreo. Bairro Panazzolo / (54) 3228.2298
Charqueadas	Charqueadas	Travessa Juca Buchain, 121. / (51) 3658-3888
Constantina	Constantina, Engenho Velho, Liberato Salzano, Novo Xingu	Rua Cantídio Rodrigues de Almeida, 234, sala 103. Bairro: Centro. / (54) 3363-2082
Coronel Bicaco	Coronel Bicaco, Redentora	Rua Francisco Manoel Diniz, nº 706. Bairro: Centro. / (55) 3557-1046
Crissiumal	Crissiumal, Humaitá	Rua Vinte de Setembro, 245. Bairro Centro. / (55) 3524-2019
Cruz Alta	Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Fortaleza dos Valos, Pejuçara	Av. Presidente Vargas, 483 - 2º andar - Centro / (55) 3324.3289 e (55) 3322.7809
Dois Irmãos	Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval	Rua Novo Hamburgo, 1079 - 1º Andar. Bairro: Primavera. / (51) 3564-3250
Dom Pedrito	Dom Pedrito	Avenida Rio Branco, 1817 – Sala 124 e 125. Centro. / (53) 3243-5878
Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	Avenida Mário Ribeiro, 143 – Térreo, sala 11. Centro / (51) 3481-6639
Encantado	Encantado, Anta Gorda, Doutor Ricardo, Muçum, Roca Sales, Vespasiano Corrêa	Rua Duque de Caxias, 645 – Térreo, sala 114. Centro. / (51) 3751-4420
Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador	Rua Rodolfo Tabora, 100 – Sala 112. Centro. / (51) 3733-3683
Erechim	Erechim, Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Itábia do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, Tapera, Três Arroios	Rua Maranhão, nº 560 – 2º Andar. Bairro: Bela Vista. / (54) 3519-9883
Espumoso	Espumoso, Campos Borges, Alto Alegre	Rua Soledade, 41. Centro. / (54) 3383-2748
Esteio	Esteio	Rua Dom Pedro II, 200 – 2º Andar, sala 202. Centro / (51) 3459-4011
Estância Velha	Estância Velha	Rua Sete de Setembro, 70. Centro / (51) 3561-8969
Estrela	Estrela, Bom Retiro, Colinas, Fazenda Vilanova	Rua Breno Schwertner, 285 – Sala: 101 e 103. Centro. / (51) 3712-2468
Farroupilha	Farroupilha	Rua Independência, 102A. Centro / (54) 3261-1603
Faxinal do Soturno	Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, São João do Polésine	Rua 30 de Novembro, 837 – 1º Andar. Centro. / (55) 3263-1083

Locais de Atendimento

Interior		
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Flores da Cunha	Flores da Cunha, Nova Pádua	Rua Borges de Medeiros, 2170 – Térreo, salas 101 e 103. Centro. / (54) 3292-4575
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen, Caiçara, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Taquaraçu do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre	Rua Antônio Boscardin, 364 - 1º Andar - Centro / (55) 3744-2211
Garibaldi	Garibaldi, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar	Rua Francisco Meneghetti, 130 – 1º Andar, sala 101. Centro. / (54) 3462-6917
Gaurama	Gaurama, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Áurea	Rua João Amandio Sperb, 582 – Centro. / (54) 3391-1632
General Câmara	General Câmara, Vale Verde	Rua David Canabarro, 152. Centro. / (51) 3655-1052 e (51) 3655-1390
Getúlio Vargas	Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Florianópolis, Peixoto, Ipiranga do Sul, Sertão	Avenida Afonso Lido Tagliare, 40 – 1º Andar. Centro. / (54) 3341-1861 e (54) 3341-1944
Giruí	Giruí, Senador Salgado Filho	Avenida Cel. Bráulio de Oliveira, 923. Centro / (55) 3361-2021
Gramado	Gramado, Nova Petrópolis	Rua Augusto Daros, 100 – 2º Andar, sala 106. Centro. / (54) 3286-0883
Gravataí	Gravataí, Glorinha	Rua José Loureiro da Silva, 2255. Centro. / (51) 3484-5326 / (51) 3423-5624
Guaíba	Guaíba	Rua Nestor de Moura Jardim, 387 – 3º Andar, sala 312. Bairro: Coronel Nassuca. / (51) 3491-6414 e (51) 3491-2189
Guaporé	Guaporé, Dois Lajeados, Montauri, Serafina Corrêa, São Valentim do Sul	Rua Gino Morassutti, nº 1090 – Térreo. Centro. / (54) 3443-6154
Guarani das Missões	Guarani das Missões, Sete de Setembro	Avenida São Miguel, 1035 – 2º Andar, sala 210. Centro / (55) 3353-1688
Horizontina	Horizontina, Doutor Mauricio Cardoso	Rua São Cristóvão, 1311 – 1º Andar, sala 102. Centro. / (55) 3537-1710
Ibirubá	Ibirubá, Quinze de Novembro	Rua Flores da Cunha, 1029 – Sala 02. Centro. /
Igrejinha	Igrejinha, Coqueiro do Sul, Chapada, Almirante Tamandaré	Rua da Imigração, 174 – 1º Andar, sala 101. Bairro: Bom Pastor. / (51) 3545-3802
Ijuí	Ijuí, Ajuricaba, Bozano, Coronel Barros, Nova Ramada	Rua Tiradentes, 671 – 1º Andar, sala 106. Centro. / (55) 3331-2326
Iraí	Iraí, Planalto	Rua Pereira Filho, 233 – 2º Andar, sala 204. Fórum. Centro. / (55) 3745-1053
Itaqui	Itaqui, Maçambará	Avenida Independência, 576 – 1º Andar, salas 01, 02 e 03. Bairro: Centro. / (55) 3433-5074
Ivoti	Ivoti, Lindolfo Collor, Presidente Lucena	Rua Bento Gonçalves, 800 sala 106 Fórum centro / (51) 3593-2196
Jaguarão	Jaguarão	Rua Uruguaí, 1400, casa 02. Centro. / (53) 3261-1154
Jaguarí	Jaguarí, Nova Esperança do Sul, São Vicente do Sul	Rua Sete de Setembro, 395 – Sala 202. Centro. / (55) 3255-1188
Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos, Pinhal Grande	Rua Padre Roque Gonzales, 55 – Sala 03. Centro. / (55) 3271-9108
Lagoa Vermelha	Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiraiaras, Muliterno	Avenida Afonso Pena, 414, sala 105. Centro. / (54) 3358-1507
Lajeado	Lajeado, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério	Rua Júlio de Castilhos, 478 – Sobreloja. Centro. / (51) 3748-3107
Lavras do Sul	Lavras do Sul	Rua Júlio de Castilhos, 373 – Sala 112. Centro. / (55) 3282-2196
Marau	Marau, Camargo, Gentil, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Vila Maria	Rua Irineu Ferlin, 1045. Sala 01. Centro. / (54) 3342-1101 e (54) 3342-3441
Montenegro	Montenegro, Brochier, Maratá, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Sul, São Pedro do Sul	Rua Dr. Montaury Daudt Lampert, 1050. Bairro: Timbaúva. / (51) 3632-9201
Mostardas	Mostardas, Tavares	Avenida Independência, 848. Centro. / (51) 3673-1725
Não-Me-Toque	Não-Me-Toque, Tio Hugo, Victor Graeff	Rua Padre Valentim Rumpel, 220. Centro. / (54) 3332-3125
Nova Prata	Nova Prata	Rua General Flores da Cunha, 632 / (54) 3242-6682
Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Rua Guia Lopes, 4050 – Loja 1 cep 93410-340 / (51) 3525-4269 / (51) 3581-5426
Osório	Osório, Imbé, Maquiné	Rua Bento Gonçalves, 1036 – 1º Andar, sala 203. Centro. / (51) 3663-2023
Palmares do Sul	Palmares do Sul, Capivari do Sul	Rua Otacílio da Silva, 428, sala 107. Centro. / (51) 3668-1802
Palmeira das Missões	Palmeira das Missões, Boa Vista das Missões, Lajeado do Bugre, Novo Barri, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões	Rua Dr. Hildebrando Westphalen, 553. Bairro: Sulgon. / (55) 3742-4748
Panambi	Panambi, Condor	Rua Júlio de Castilhos, 1183. Bairro: Fátima. / (55) 3375-8659
Parobé	Parobé	Avenida Taquara, 470, 1º Andar - Fórum. Centro. / (51) 3523-2610
Passo Fundo	Passo Fundo, Ernestina, Cochilha, Mato Castelhano, Pontão	Rua Morom, 1437. Centro. / (54) 3312.7907
Pelotas	Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turucu	Avenida Ferreira Viana, 1499. Bairro: Areal. / (53) 3273-2484, (53) 3282-1770 e (53) 3279-4999



Locais de Atendimento

Interior		
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
Portão	Portão, Capela de Santana	Rua Cuiabá, 145 – Salas 103 e 105. Centro. / (51) 3562-3172
Restinga Seca	Restinga Seca	Rua Edmundo Bischoff, 317 – Sala 01. Centro. / (55) 3261-4058 e (55) 3261-1329
Rio Grande	Rio Grande	Rua Benjamin Constant, 212. Centro. / (53) 3231-5236 e (53) 3232-3148
Rio Pardo	Rio Pardo, Pântano Grande	Rua Moinhos de Vento, 60 – Térreo. Bairro: Fortaleza. / (51) 3731-5178
Rodeio Bonito	Rodeio Bonito, Seberi	Rua General Osório, 366 – 1º Andar, salas 102 e 104. Centro. / (55) 3798-1101
Ronda Alta	Ronda Alta, Rondinha, Três Palmeiras	Avenida Presidente Vargas, 1184 – 2º Andar. Centro. / (54) 3364-1429
Rosário do Sul	Rosário do Sul	Rua General David Canabarro, 335 – 1º Andar, sala 104. Centro. / (55) 3231-7198
Salto do Jacuí	Salto do Jacuí, Jacuizinho	Avenida Hermogênio Cursino dos Santos, 400. Bairro: Menino Deus. / (55) 3327-1023
Sananduva	Sananduva, Ibiaçá, Paim Filho, São João da Urtiga	Avenida Dr. Salzano da Cunha, 300, 2º Andar. Centro. / (54) 3343-2244
Santa Bárbara do Sul	Santa Bárbara do Sul, Saldanha Marinho	Largo Ildefonso Gomes Moreira, 168. Centro. / (55) 3372-2647
Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado, Sinimbu	Rua Fernando Abbot, 664, Centro. / (51) 3711-7332
Santa Maria	Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, Silveira Martins	Alameda Montevideo, 308 – Sala 101. Bairro: Nossa Senhora das Dores. / (55)3218-1032, (55)3226-8267, (55)3221-7245 e (55)3218-1635
Santa Rosa	Santa Rosa, Porto Mauá, Tuparendi	Rua Buenos Aires, 919 – Térreo, salas 110, 111, 119 e 120. Centro. / (55) 3513- 0843 e (55) 3512-1738
Santa Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar, Chuí	Largo Ildefonso Gomes Moreira, 168. Centro. / (55) 3372-2647
Santana do Livramento	Santana do Livramento	Rua Barão do Triunfo, 450 – Sala 117. Centro. / (55)3243-3286 e (55) 3244-3752
Santiago	Santiago, Bossoroca, Capão do Cipó, Itacurubim, Unistalda	Rua Benjamin Constant, 165 – 1º Andar, sala 101. Centro. / (55) 3251-9621
Santo Ângelo	Entre Ijuís, Eugênio de Castro, São Miguel, Vitória das Missões	Avenida Venâncio Aires 1437 – 1º Andar, sala 101. Centro. / (55)3312-7672 e (55) 3313-4578
Santo Antônio da Patrulha	Santo Antônio da Patrulha, Caraá	Rua Roberto Xavier da Luz, 06 – Sala 115. Bairro: Cidade Alta. / (51) 3662-1224
Santo Antônio das Missões	Santo Antônio das Missões, Garuchas	Rua Ricardo Santiago de Godoi, nº 3605 – Sala 102. Bairro: Centro. / (55) 3367-1446
Santo Augusto	Santo Augusto, Campo Novo	Avenida do Comércio, 328. Sala 09. Centro. / (55) 3781-1649
Santo Cristo	Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz	Rua Vereador Assmann, 678. Centro. / (55)3541-1632
São Borja	São Borja	Rua Félix da Cunha, 388. Centro. / (55) 3431-7574 e (55) 3431-9207
São Francisco de Assis	São Francisco de Assis, Manoel Viana	Rua Floriano Peixoto, 1616. Centro. / (55) 3252-3397
São Francisco de Paula	São Francisco de Paula Canela, Bom Jesus	Avenida Júlio de Castilhos, 184. Centro. / (54) 3244-1917
São Gabriel	Santa Margarida do Sul, São Gabriel	Rua Onésimo Laureano, 75. Bairro: Zona Sul / (55) 3232-0776
São Jerônimo	São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo	Avenida Rio Branco, 1099 – 2º Andar, sala 210. Bairro: Bela Vista. / (51) 3651-5294
São José do Norte	São José do Norte	Rua General Osório, 555 - Sala 104. Centro. / (53) 3238-1454
São José do Ouro	São José do Ouro, Barracão, Cacique Doble, Machadinho, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul	Rua Maximiliano Centenário, 180. Centro. / (54) 3352-2171
São Leopoldo	São Leopoldo	Avenida Unisinos, nº 99 – 3º andar, sala 314 / (51) 3568-6127
São Lourenço do Sul	São Lourenço do Sul	Rua Almirante Barroso, 1176 – 1º Andar, sala 102. Centro. / (53) 3251-6339
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões	Rua Coronel Fernando Machado, 2771, 2º andar, Bairro Agrícola. / (55) 3352.2332
São Marcos	São Marcos	Rua Carlos Gomes, 557 – 1º Andar, sala 102. Centro. / (54) 3291-4790

Locais de Atendimento

Interior		
DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	CONTATO (ENDEREÇO/TELEFONE)
São Pedro do Sul	São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Quevedos	Rua Ernesto Wagner, 233 – 1º Andar, sala 103. Centro. / (55) 3276-4333
São Sebastião do Caí	São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Harmonia, São José Do Hortêncio, Tupandi	Rua Dr. Hildebrando Westphalen, 553. Bairro: Sulgon. / (55) 3742-4748
São Sepé	São Sepé, Formigueiro, Vila Nova	Rua Adail Moreira Cunha, 800. Centro. / (55) 3233-2960
São Valentim	São Valentim, Benjamin Constant do Sul, Entre Rios, Erval Grande, Faxinalzinho	Rua Luiz Carlos Farret, 66 - sala 105. Fórum. Centro. / (54) 3373-1044
São Vicente do Sul	São Vicente do Sul, Cacequi, Mata	Rua Vinte de Setembro, 775 - Fórum. Centro. / (55) 3257-2702
Sapiranga	Sapiranga	Rua Alberto Schmidt, 441. Centenário. / (51) 3559-5220
Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	Av. João Pereira Vargas, 611 / (51) 3452-1173
Sarandi	Sarandi, Barra Funda, Nova Boa Vista	Rua Senador Alberto Pasqualini, 1211. Centro. / (54) 3361-4721
Seberi	Seberi, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco	Rua Benjamin Constant, 212. Centro. / (53) 3231-5236 e (53) 3232-3148
Sobradinho	Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo	Rua João Antônio 537, 2º Andar, Bairro Centro. / (51) 3742-3466
Soledade	Soledade, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, Mormaço, São José do Herval	Rua Isolina Zannete, 30 - Sala 02 . Centro./ (54) 3381-5490
Tapejara	Tapejara	Avenida Sete de Setembro, 1133. Centro. / (54) 3344-3163
Tapera	Tapera, Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Selbach	Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1019 terreo / (54) 3385-1723
Tapes	Tapes, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul	Rua dos Jambos, nº 62 bairro pontal / (54)3672-2952
Taquara	Taquara, Riozinho, Rolante	Rua Federação nº 2100. Bairro: Centro./ (51) 3541-8162
Taquari	Taquari, Tabai	Rua Consuelo Alvim Saraiva, nº 585 – Sala 03. Bairro: Parque das Pedreiras / (51) 3653-5956
Tenente Portela	Tenente Portela, Barra do Guarita, Derrubadas, Miraguaí, Vista Grande	Rua Luis Carlos Schepp, nº 41 – 2º Andar. Sala 102 Bairro: Centro. FORUM. / (55) 3551-3122
Terra de Areia	Terra de Areia, Itati	Rua Treze de Abril, 3959 – Sala 112. Centro. / (51) 3666-1893
Teutônia	Teutônia	Avenida Um Norte, nº 200 – Sala 03. Bairro: Centro Administrativo. / (51) 3762-3087
Torres	Torres, Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas	Rua Travessa Capaverde, 82, sala 01. Centro. / (51) 3626-3381
Tramandaí	Tramandaí, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé	Rua Vergueiros, 212. Bairro: Zona Nova. / (51) 3684-5172
Três Coroas	Três Coroas	Rua Felipe Bender, 373. Centro. / (51) 3546-4740
Três de Maio	Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá	Rua Buricá, 375. Bairro: Oriental. / (55) 3535-1006
Três Passos	Três Passos, Bom Progresso, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul	Avenida Júlio de Castilhos, 210. Centro. / (55) 3522-2542
Triunfo	Triunfo	Rua dos Bombeiros Voluntários, 100. Bairro: Centro. / (51) 3654-3911
Tupaciretã	Tupaciretã, Jari	Rua Antonio Silveira, 1197 – 2º Andar, salas 202 e 204. Bairro: Popular. / (55) 3272-4085
Uruguaiana	Uruguaiana, Barra do Quaraí	Rua Santana 2445– 3º Andar, sala 305. Bairro: Centro 97501-540 / (55) 3412-6341 / (55) 3411-3841
Vacaria	Vacaria, Campestre da Serra, Esmeralda, Monte, Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra	Rua Luiz Jacques Manozzo, 86. Bairro: Parque dos Rodeios. / (54) 3232-5464
Venâncio Aires	Venâncio Aires, Boqueirão do Leão, Mato Leitão	Rua Berlin da Cruz, 1306 – Térreo, sala 115. Bairro: Cruzeiro / (51) 3793-0044
Vera Cruz	Vera Cruz, Vale do Sol	Avenida Nestor Frederico Henn, 1540 – 1º Andar, sala 104. Centro. / (51) 3718-2954
Veranópolis	Veranópolis, Cotiporã, Fagundes Varela, Vila Flores	Rua Dr. Idemundo Tedesco, 170 – 2º Andar, sala 202. Bairro: São Peregrino. / (54) 3441-4961
Viamão	Viamão	Avenida Senador Salgado Filho, 9764. Centro. / (51) 3485-3164



Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento

O atendimento à população é a principal atividade da Defensoria Pública. É a partir daí que se origina a prestação da orientação jurídica, o exercício do direito de defesa, a tomada de diligências pelo Defensor Público ou, ainda, quando necessário, a propositura de ação judicial.

Em Porto Alegre, há três unidades especializadas: a Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA), a Unidade Zona Norte e a Unidade Zona Sul. A UCAA, por sua localização central e de fácil acesso, é destaque no primeiro atendimento das pessoas que procuram a Defensoria Pública em Porto Alegre.

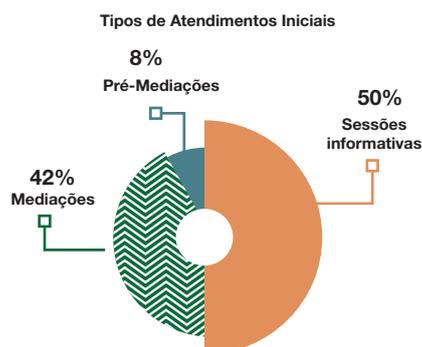
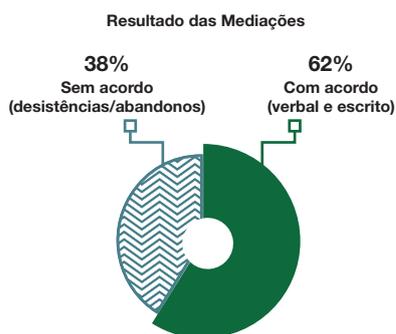
Dividida em UCAA-Cível e UCAA-Família, no último ano a Unidade Central atendeu mais de 100 mil pessoas de forma presencial. Destas, 60% buscavam soluções para questões vinculadas a Direito de Família, as quais podem ser resolvidas por meio da mediação de conflitos.



Atendimentos UCAA	
Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimentos realizados pelo setor administrativo da UCAA	101.420
Atendimentos realizados pelos Defensores Públicos na UCAA-Família	31.823
Atendimentos realizados pelos Defensores Públicos na UCAA-Cível	26.544
Total de atendimentos (Defensores Públicos)	58.367
Números de iniciais ajuizadas (UCAA Família)	11.492
Números de iniciais ajuizadas (UCAA Cível)	2.208
Total de Iniciais ajuizadas na UCAA	13.700

EQUIPE DE MEDIAÇÃO

A UCAA possui convênio, há oito anos, com a Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação (CLIP), que contribui para o projeto de solução pacífica de conflitos. Entre agosto de 2015 e julho de 2016, a equipe oportunizou solução amigável a 502 pessoas, analisando 288 casos.



62%
das mediações resultam em acordos verbais ou escritos.

35%
dos motivos dos atendimentos iniciais são para resolução de conflitos que envolvem separação do casal e suas consequências.

Onde estamos

Com o acréscimo na demanda da Defensoria Pública, a instituição precisou se estruturar para atender os assistidos com conforto e qualidade e permitir completo sigilo nos atendimentos, bem como proporcionar condições adequadas de trabalho aos Defensores Públicos,

servidores e estagiários da Instituição. No período analisado, foram inauguradas cinco novas sedes da Defensoria Pública que estão mais acolhedoras. As sedes inauguradas permitem a realização do trabalho humanizado que é a marca da Defensoria Pública em todo o Estado.





Núcleos Especializados

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul conta com Núcleos Especializados que prestam apoio operacional aos Defensores Públicos atuantes no atendimento à população. Promovendo a atuação institucional harmônica e o aprimoramento das atribuições institucionais, os Núcleos estimulam a integração e o intercâmbio permanente com os Agentes. Além disso, os Núcleos Especializados estimulam a solução extrajudicial de litígios e a celebração de convênios, dentro de suas áreas de abrangência.

ATUAÇÃO EM DESTAQUE

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (NUDDH)

O NUDDH instaurou um Procedimento de Apuração de Dano Coletivo (PADAC); prosseguiu no acompanhamento de outros nove PADACs que já estavam em andamento; instaurou 155 Procedimentos de Apuração de Danos Individuais (PADINs); prosseguiu no acompanhamento de outros 169 PADINs; instaurou 79 Expedientes Avulsos (EA's) e prosseguiu no acompanhamento de outros 30; instaurou 23 Expedientes de Acompanhamento Processual (EAP's); deu continuidade ao acompanhamento de outros 10 EAP's; instaurou 02 Expedientes de Acompanhamento de Atuação Conjunta (EAAC's) e 16 expedientes do projeto Nunca Mais Kiss (NMK); e ajuizou 24 ações judiciais, dentre elas ações de reparação cível e ações de alteração de registro civil.

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS (NUDEFAM)

Como proposta de resolução extrajudicial de conflitos familiares, o NUDEFAM está em tratativas com a UFRGS, visando à celebração de convênio para implementação da prática da mediação.

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER (NUDEM)

Entre as principais ações do NUDEM estão quatro mutirões de atendimento e orientação jurídica e uma Audiência Pública convocada com o tema "Violência Contra a Mulher e Cultura do Estupro". Quanto aos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica foram 437 atendimentos multidisciplinares, 34 atendimentos jurídicos e 11 ações ajuizadas.

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (NUDECA)

O NUDECA e os Defensores Públicos com atuação na área da Infância e Juventude desenvolvem o Projeto Pai? Presente!. A prática oportuniza a realização de exames de DNA na via extrajudicial para verificação de paternidade de crianças em situação de sub-registro.

NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE (NUDS)

Visando a otimizar o acesso aos tratamentos de saúde mental, através do fortalecimento do trabalho em rede, a Defensoria Pública firmou Acordo de Cooperação com Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e Associação de Psiquiatria do Estado do Rio Grande do Sul. A iniciativa visa à obtenção do acesso humanizado aos tratamentos de saúde mental, na via administrativa, reduzindo assim a necessidade de ajuizamentos de ações de internação compulsória de portadores de transtornos psiquiátricos e dependência química.

NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E DE MORADIA (NUDEAM)

O NUDEAM realizou 15 mutirões de atendimento e cinco vitórias externas, nos quais foram atendidas cerca de 500 pessoas. Ainda, 42 Comunidades foram recebidas pelo NUDEAM para realização de reuniões e prosseguimentos de demandas. Ademais, no Núcleo, tramitam, 15 Procedimentos de Apuração de Dano Coletivo (PADACs) e 35 expedientes administrativos.

NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL (NUDEP)

O NUDEP junto ao NUDDH, após inspeção nas celas das Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento em Porto Alegre e do Departamento Estadual de Investigação Criminal (DEIC), ingressou com Ação Civil Pública (ACP). A ação foi proposta em setembro de 2016 e decorreu da constatação de violações de direitos dos presos à integridade física e psíquica e de prejuízos causados aos profissionais que atuam nas delegacias.

NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL (NUDECRIM)

O NUDECRIM elaborou questionário padrão a ser aplicado pelos Defensores Públicos durante as audiências de custódia. A utilização do formulário como meio de registro de informações auxiliará na defesa e viabilizará a constatação imediata da forma de realização das prisões, permitindo a adoção das medidas pertinentes.

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE TUTELAS COLETIVAS (NUDECONTU)

Considerando o crescente endividamento da população gaúcha, evidenciado pelo aumento de demanda nos atendimentos, e tendo em vista a necessidade da contribuição da Instituição na Educação em Direitos, os Defensores-Membros do NUDECONTU redigiram artigos para publicação em jornais locais, todos envolvendo temas voltados à defesa dos direitos do consumidor.

Ações Institucionais

PROJETO PAI? PRESENTE!

Desde 2012, o projeto Pai? Presente! da Defensoria Pública, realizado em parceria com a Associação dos Registradores e Notários do Rio Grande do Sul (ARPEN/RS) e a Fundação Estadual de Proteção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), busca resgatar a importância da figura paterna e a sua efetiva participação na vida de um filho. Tendo como princípio que todas as pessoas têm o direito de saber sobre sua verdadeira identidade, ou seja, de conhecer a sua

origem e de ter o nome do pai em seus documentos, o projeto visa garantir o direito ao conhecimento da identidade biológica do indivíduo e incluir o nome do pai no registro civil, com a possibilidade de realização de exames de DNA gratuitos. A relevância da iniciativa se traduz na garantia de um direito fundamental do indivíduo, atuando ainda na prevenção de ciclos de violência e criminalidade, evitando a judicialização de inúmeras ações.

A Defensoria Pública oferece, de forma gratuita, a realização de exames de DNA para testagem de origem genética (convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a FEPPS). A instituição gerencia o agendamento de 260 exames mensais, com coleta centralizada em nove municípios que possuem laboratórios conveniados.

mais de
5.300
exames desde o
início do projeto.



DE OUTUBRO DE 2015 A SETEMBRO DE 2016

a Defensoria Pública encaminhou 384 cartas-convite às mães que registraram a criança apenas com o seu nome. Destas, 71 compareceram ao atendimento no Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e 46 indicaram pelo menos o primeiro nome do suposto pai, resultando em sete exames de DNA agendados gratuitamente.

- atendimentos realizados com as mães: 111
- exames de DNA agendados: 19

As mães que não indicaram a paternidade no momento do registro de nascimento podem fazê-lo posteriormente.

Exames agendados judicialmente



Exames realizados no período



Não comparecimentos ou impossibilidades de realização dos exames



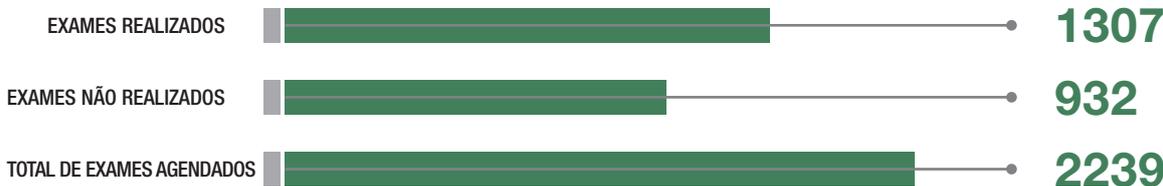
Exames agendados extrajudicialmente



Exames realizados no período



Não comparecimentos ou impossibilidades de realização dos exames



*Em 04/10/2016



PROJETO ESTENDER A MÃO: DEFENSORAS PÚBLICAS APOSENTADAS REALIZAM AÇÕES VOLUNTÁRIAS

Para continuar prestando serviço de qualidade à sociedade e engajadas na educação em direitos, desde outubro de 2015, Defensoras Públicas aposentadas colocaram em prática o projeto voluntário “Estender a Mão – Mãos que Buscam e Mãos que Acolhem”. Após capacitação intensiva, as agentes aposentadas deram início a mutirões em diversas regiões de Porto Alegre, com objetivo de orientar juridicamente a população vulnerável que desconhece seus direitos e encaminhar solução jurídica para as necessidades apresentadas nas comunidades. Um dos pilares do projeto é o atendimento gratuito direto nas comunidades, próximo aos moradores, realizado com a unidade móvel da instituição, garantindo àquelas pessoas que não possuem condições de deslocamento o acesso à justiça.

5 TEMPORADAS

20 mutirões

Mais de

600

atendimentos

Comunidades atendidas:
Restinga, Mário Quintana,
Sarandi (Centro Vida) e
Belém Novo.



Mutirão na Restinga (Projeto Piloto) - Out. e Nov./2015



Mutirão no Belém Velho - Out./2016



Mutirão no Sarandi (Centro Vida) - Mai. e Jun/2016



Mutirão no Belém Novo - Ago. e Set./2016



Mutirão no Mário Quintana (CESMAR) - Abr./2016

CAMPANHA DE CONSUMO SUSTENTÁVEL

Com a proposta de incentivar o consumo consciente e o compromisso institucional com a sustentabilidade ambiental, a Defensoria Pública lançou, em **julho de 2016**, a campanha “Defensoria Sustentável: novos hábitos geram um novo amanhã”. A ideia é criar uma cultura de ações sustentáveis para o bem-estar individual e coletivo dentro da instituição. São práticas viáveis na rotina de trabalho que geram mudanças de hábitos e favorecem o planeta para o presente e as gerações futuras. A campanha é guiada por três diretrizes: ser ambientalmente correta, economicamente sustentável e socialmente justa. Foram implementados sistema de coleta seletiva, dividindo os resíduos em lixo seco e orgânico, e a distribuição de caixas para recolhimento de folhas para reciclagem, assim como a colocação de adesivos próximos a interruptores de luz sugerindo o correto desligamento dos equipamentos ao se ausentar da sala.

17,1%

foi a **economia de energia** registrada entre julho e setembro de 2016 no prédio-sede da Defensoria Pública



**DEFENSORIA SUSTENTÁVEL
NOVOS HÁBITOS GERAM
UM NOVO AMANHÃ**

Centro de Referência em Direitos Humanos

O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH-DPE/RS) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), desde janeiro de 2014 vem fortalecendo a missão institucional da Defensoria Pública de promover a informação e a cultura dos direitos humanos, garantindo a ampliação das condições de acesso à justiça de cidadãos e cidadãs vítimas de violências, especialmente a violência contra a mulher e a violência estatal, no Rio Grande do Sul.

O Centro possui um Disque-Acolhimento, meio pelo qual os(as) assistidos(as) entram em contato diretamente com o CRDH-DPE/RS, através de ligação gratuita (0800-6445556), a fim de buscar as primeiras orientações sobre o funcionamento do serviço, bem como esclarecer eventuais dúvidas que venham a surgir no curso de seu acompanhamento com a equipe do CRDH.

No CRDH-DPE/RS inserem-se o Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NUDDH) e o Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado. Além dos atendimentos, foram desenvolvidas as oficinas de capacitação permanente Paz com Voz (oficinas gratuitas e abertas ao público, que propiciam a reflexão sobre temas relacionados aos Direitos Humanos sob diferentes perspectivas, como mostra de filmes, mostra de trabalhos acadêmicos, oficinas lúdicas, debates e palestras). Também foram realizadas duas audiências públicas, abordando os seguintes temas: “Diagnóstico sobre a violência policial na Capital e na Região Metropolitana” (NUDDH) e a “Violência contra a mulher e cultura do estupro” (NUDEM).

Disque-Acolhimento	944
Atendimento Inicial	699
Acolhimento	309
Atendimento Psicossocial	200
Atendimento de Psicologia	24
Atendimento de Serviço Social	5
Atendimento Jurídico	187
TOTAL	2.368

O procedimento para os atendimentos, cujos dados coletados são sigilosos, é composto, em regra, por três fases interdependentes:

1ª Fase

Atendimento inicial: Nessa fase são realizados a triagem e o cadastro. É uma análise da situação, do risco iminente e da necessidade de urgência no atendimento. A vítima recebe orientações gerais sobre o CRDH-DPE/RS e sobre a rede de atendimentos a sua disposição.

2ª Fase

Acolhimento Multidisciplinar: O atendimento nessa fase é realizado por uma psicóloga e/ou uma assistente social. É feita a escuta do(a) assistido(a) em situação de violência, identificada sua demanda específica, avaliado o risco do caso e, se necessário, pactuado um plano de segurança e iniciado um plano personalizado de acompanhamento. Esta fase de atendimento, poderá ser realizada com a presença de Defensor(a) Público(a) ou analista processual para melhor elucidação das questões jurídicas.

3ª Fase

Atendimento Especializado: O objetivo dessa fase é aprofundar o diagnóstico preliminar elaborado pela equipe:

- Atendimento Psicossocial, com psicóloga e/ou assistente social, com o objetivo de oferecer um espaço de escuta, suporte e reflexão ao(a) assistido(a) vítima de violência com vistas à promoção do fortalecimento subjetivo e da autonomia, além de fornecer encaminhamento para a rede de atendimento e de serviços sociais existentes, para possibilitar meios de acesso às políticas públicas e a efetivação dos direitos;
- Atendimento Jurídico, com Defensor(a) Público(a), com o objetivo de oferecer orientações jurídicas e acompanhamento dos procedimentos judiciais e extrajudiciais.



Projeto de Modernização Institucional

Projeto de Modernização Institucional (PMI), financiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), chega a seu segundo ano de execução com um total de 44% do valor aprovado para o financiamento já contratado em investimentos na qualificação da Defensoria Pública do Estado. Durante estes dois anos, ações de impacto foram concluídas como a aquisição de equipamentos de informática (1.730) e mobiliário (3.593), a compra de veículos (caminhão e unidade móvel da Defensoria Itinerante) e a modernização dos três elevadores do prédio-sede. Além disso, seguem as atividades de desenvolvimento de softwares para a atividade-fim, a capacitação de Defensores e servidores, os mutirões de atendimento da Defensoria Itinerante e as obras no prédio-sede.

No período deste relatório, outras grandes ações foram iniciadas no âmbito do PMI. Está em fase final a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano Diretor de TI, que, a partir de diagnósticos e análises especializadas, apresentam as diretrizes e objetivos para a qualificação dos serviços prestados aos cidadãos gaúchos. Em setembro de 2016, ainda, teve início a Pesquisa de Opinião Pública apresentará a percepção da população sobre a Defensoria Pública do Estado. Os resultados devem estar finalizados até o final deste ano e servirão como referência para a melhoria dos serviços e da comunicação da instituição, especialmente, junto à população economicamente vulnerável.



PORTAL DA DEFENSORIA

As atividades de desenvolvimento de novos aplicativos no Portal da Defensoria continuam gerando resultados. Até então, foram entregues as seguintes funcionalidades:

- Agenda completa
- Controle de carga e devolução de processos
- Controle de audiências realizadas
- Relatório de atividades do usuário
- Integração Inicial com Portal Processo Eletrônico, envio de Email de intimações pendentes
- Importação de assistidos via consulta à VEC

Os treinamentos no portal seguem em andamento e contam agora com um tutorial que pode ser acessado no Portal EAD/DPE. Entre maio e outubro de 2016, gradativamente, a utilização do portal tornou-se obrigatória para todas as Defensorias, conforme resolução CSDPE 10/2016.

Mês	Assistidos	Atendimentos	Peças	Em carga	Audiências	Agendamentos
01/10/2015	53.579	11.873	9.115	146	2	0
01/11/2015	73.419	15.636	10.094	12.541	0	0
01/12/2015	14.449	12.058	11.683	18.974	0	16
01/01/2016	34.882	22.747	28.325	59.931	47	39
01/02/2016	27.751	26.129	31.842	58.375	1.210	519
01/03/2016	33.540	36.861	41.889	75.185	4.124	1.100
01/04/2016	31.147	33.061	41.346	78.675	5.699	3.779
01/05/2016	35.743	41.889	49.891	87.525	11.539	10.398
01/06/2016	63.045	48.182	60.169	92.697	14.508	17.969
01/07/2016	35.852	45.160	62.656	96.232	13.751	18.604
01/08/2016	36.318	56.247	72.087	105.215	16.283	23.200
01/09/2016	13.705	22.207	30.982	42.121	5.813	15.358

Portal da Defensoria em Números

Assistidos cadastrados	648.888
Atendimentos cadastrados	400.477
Peças cadastradas	476.631
Usuários habilitados	2.359

DEFENSORIA ITINERANTE

Com o objetivo de ir ao encontro da população que mais precisa, a Defensoria Itinerante encerrou o período de outubro de 2015 a setembro de 2016 com um total de 3.670 pessoas beneficiadas pelo serviço. Em abril deste ano, a ação recebeu o reforço da nova Unidade Móvel de Atendimento, que conta com oito células individuais de atendimento, acessibilidade universal, sistema de som e imagem e climatização interna. É mais qualidade e conforto no atendimento ao cidadão.

Mutirões de Divulgação Defensoria Itinerante (Out/2015 a Set/2016)

Santo Augusto	06/12/2015
Parque da Redenção – POA (NUDEM)	06/03/2016
Bairro Nazaré – POA (NUDEAM)	02/04/2016
Bairro Restinga – POA (NUDEAM)	14/05/2016
Largo Glênio Peres – POA (NUDDH)	15/06/2016
TRENSURB - POA – Estação THEMIS	30/08/2016
EXPOINTER – Esteio	27/08 a 04/09/16

Mutirões Defensoria Itinerante (Out/2015 a Set/2016)

Local	Natureza	Data de realização	Atendimentos	Pessoas beneficiadas
Bairro Sarandi – POA	Orientação aos Imigrantes	04/10/2015	100	100
Bairro Restinga – POA (NUDEAM)	Orientações e Divulgação	28/10/2015	55	55
Caxias do Sul (NUDECA)	Atendimento Creches	30/10/2015	200	200
Arambaré	Imigrantes	10/11/2015	24	24
Caxias do Sul (NUDECA)	Atendimento Creches	27/11/2015	152	152
Lions Ipiranga – POA	Orientações e Divulgação	28/11/2015	15	15
Vila Tronco – POA (NUDEAM)	Orientações e Divulgação	09/12/2015	26	26
Largo Glênio Peres – POA (NUDEM)	Orientações e Divulgação	15/12/2015	44	44
Caxias do Sul (NUDECA)	Atendimento Creches	22/01/2016	71	71
Gravataí	Atendimento Geral	29/01/2016	244	244
Gravataí	Retorno Atendimento	26/02/2016	108	108
Erechim (NUDEAM)	Atendimento Moradia	11/03/2016	56	56
Caxias do Sul (NUDECA)	Atendimento Creches	18/03/2016	250	250
Porto Alegre (NUDEAM)	Atendimento Moradia	21/03/2016	38	38
Passo Fundo	Atendimento Geral	01/04/2016	50	50
Porto Alegre (NUDEP)	VEC Presídio Central	25 a 29/04/16	-	1445
Passo Fundo	Retorno Atendimento	06/05/2016	13	13
Encruzilhada do Sul	Atendimento Usucapião	13/05/2016	60	60
Caxias do Sul (NUDECA)	Atendimento Creches	19/05/2016	40	40
CESMAR Mário Quintana – POA	Atendimento Geral	20/05/2016	26	26
Guaíba (NUDEAM)	Atendimento Moradia	01/07/2016	84	84
Vila Chocolateão – POA	Atendimento Geral	22/07/2016	50	50
Vila Safira – POA (NUDEAM)	Atendimento Usucapião	29/07/2016	62	62
Gravataí	Atendimento Geral	03/08/2016	91	91
Parque da Redenção - POA (NUDEM)	Orientações e Divulgação	07/08/2016	56	56
Largo Glênio Peres – POA (NUDECA)	Orientações Projeto “Pai? Presente!”	11/08/2016	69	69
Vila Safira – POA (NUDEAM)	Atendimento Usucapião	12/08/2016	81	81
Vila Chocolateão - POA	Retorno Atendimento	22/08/2016	9	9
Gravataí	Retorno Atendimento	24/08/2016	31	31
Canoas	Atendimento Geral	16/09/2016	78	78
Canoas	Retorno Atendimento	23/09/2016	25	25
UCAA – Loteamento Albion 11 – POA	Atendimento Usucapião	23/09/2016	17	17
Total			2225	3670



GESTÃO E CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS

Mapeamento de Competências – A partir de um trabalho que envolveu Defensores e Servidores, foi elaborado o Manual de Competências da Defensoria Pública. O estudo levou em consideração conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a realização das atividades na instituição. Este trabalho é o primeiro passo para a implantação da Gestão por Competências na DPERS, que tem como principal objetivo o estabelecimento de um plano de capacitação continuada para Defensores e Servidores.

Educação a Distância – Em março de 2016, foi lançado o Portal EAD/DPE, plataforma de ensino a distância da instituição que está sob a coordenação do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento (CECADEP). O processo de implementação do portal envolveu a análise de portais de outras instituições, bem como a contratação de consultoria especializada, a fim de buscar o melhor sistema. A plataforma “moodle”, adotada pela Defensoria Pública, é um software livre que garante constante atualização e condições de acessibilidade. No lançamento, o portal já apresentou uma importante contribuição para a capacitação dos profissionais que atuam na instituição: a disponibilização do curso “Fundamentos do Novo Código de Processo Civil”. Outros cursos estão disponibilizados como o “Atendimento Cidadão” e o “Portal da Defensoria”, além do curso que ensina a utilizar a plataforma EAD.

Aperfeiçoamento Técnico-Jurídico – Temas como as famílias no novo Código de Processo Civil, instrumentos para assegurar a posse e a propriedade, atendimento humanizado, Lei Maria da Penha, entre outros, foram abordados em nove eventos de capacitação promovidos pelos Núcleos Especializados em parceria com o CECADEP.

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Iniciou em setembro e está em andamento a primeira pesquisa de opinião pública realizada pela Defensoria Estadual. Serão realizadas 2.000 entrevistas domiciliares em 40 cidades distribuídas entre as sete mesorregiões do Estado, conforme padrão do Censo do IBGE. Com a pesquisa, a DPERS vai conhecer qual a percepção da população do RS com relação à atuação da instituição, começando pelo entendimento de sua função e atribuições e buscando conhecer a opinião sobre os serviços prestados. Outra pesquisa semelhante está prevista para acontecer no final do Projeto de Modernização a fim de realizar o comparativo e verificar a evolução da instituição a partir dos investimentos realizados durante o PMI.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DPERS (PED)

Começou em novembro de 2015 a elaboração do Planejamento Estratégico. Defensores e Servidores participaram de workshops em Porto Alegre e no interior do Estado para discutirem temas como: missão, visão e valores da instituição. Estas definições, que formaram a Identidade Institucional, estabeleceram o ponto de partida para a construção do mapa estratégico da DPERS, no qual estão estabelecidos os objetivos a serem alcançados no período 2016-2021 nas quatro perspectivas: Sociedade & Beneficiários, Processos Internos, Aprendizado & Crescimento e Orçamento & Finanças.

MISSÃO

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício de direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça

VALORES

*Ética e Respeito;
Foco em Resultado;
Confiabilidade e Credibilidade;
Valorização das Pessoas;
Acolhimento e Humanidade;
Comprometimento e engajamento de todos;
Transparência;*

PLANO DIRETOR DE TI (PDTI)

Com o intuito de realizar uma gestão mais eficiente dos recursos, a Diretoria de Tecnologia da Informação debateu junto a Servidores da área e Defensores o contexto atual da TI na instituição, identificando necessidades (problemas e oportunidades) que espera resolver por meio de iniciativas estratégicas priorizadas em conformidade com o orçamento da diretoria. Estreitamente alinhado ao PED, o PDTI abrange o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI com o intuito de atender às necessidades tecnológicas e de informação da DPERS.

Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento

O Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública (CECADEP) é um órgão vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, criado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, com objetivo de promover a qualificação dos membros e dos servidores da Defensoria Pública. A instituição exige condições de excelência técnica de seus agentes e órgãos auxiliares, proporcionadas por programas permanentes de educação e de aperfeiçoamento técnico-profissional. O CECADEP desenvolve três linhas de atuação: 1) capacitação (interna e externa) 2) publicações 3) pesquisas.

CAPACITAÇÕES PMI

CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS

- 8 cursos de capacitação em temáticas definidas pelos Núcleos;
- 1 encontro institucional para capacitação da temática Atendimento Humanizado.

ORGANIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

“A Defensoria Pública diz não a Cultura do Estupro”, promovida pelo Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM), em agosto de 2016.



“Apresentação da Pesquisa Diagnóstico da Demanda de Violência Policial do CRDH 2014-2016”, promovido pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Centro de Referência em Direitos Humanos (NUDDH/CRDH), em setembro de 2016.



CURSOS NOVOS DEFENSORES

3 edições do curso, com, no mínimo, 104h.

PUBLICAÇÕES DA REVISTA DA DEFENSORIA

Edições: 13ª Edição (dez/2015), 14ª Edição (abril/2016) e 15ª Edição (agosto/2016).



PAZ COM VOZ

Programa de educação em direitos para público interno e externo. Realização de 14 oficinas.

CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

- “Aprenda a usar a plataforma EAD/DPE” - Curso de ambientação para novos alunos sobre a Plataforma Moodle da Defensoria Pública;
- “Atendimento Cidadão” - Curso que visa a demonstrar os fundamentos e os principais aspectos do atendimento a(o) assistido(a) pelos Agentes da Defensoria;
- “Fundamentos no Novo Código de Processo Civil (NCPC)”;
- “Conhecendo o Portal da Defensoria”.

REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EM PARCERIA COM UNIVERSIDADES

- “Uso de Tornozeleiras Eletrônicas e Prevenção de Delitos”- Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), CECADEP e a Faculdade de Direito da UFRGS;
- “Diagnóstico da Demanda de Violência Policial do CRDH 2014-2016”- Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), CECADEP e a Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.



Defensoria na Mídia



Estágio: o processo que mais prepara para a prática profissional

TV / Band Cidade



Procura pelos serviços da Defensoria Pública aumenta quase 50% na Serra do RS

TV / RBS TV
Caxias

Novo defensor público-geral do RS tentará ampliar serviços no interior

Cristiano Vieira Heerdert afirma que crise política também atinge a instituição

Eduardo Mazoni
eduardo.mazoni@rgpca.com.br



Novo Defensor Público-Geral do Estado tentará ampliar serviços no interior

Rádio /
Rádio Gaúcha

DEFENSORIA PÚBLICA

Paternidade reconhecida

Depois da ação em prol da Let Maria da Penha, na última semana no Parque da Redenção, a Defensoria Pública realizou um mutirão de orientação jurídica com o objetivo de garantir o direito do indivíduo a incluir o nome do pai no registro civil, bem como conhecer a sua identidade biológica. Trata-se do projeto "Pai? Presente!", realizado há três anos e que já atendeu cerca de 5 mil casos.

A unidade móvel da Defensoria ficou estacionada no Largo Glênio Pires ontem apresentando o projeto aos cidadãos. O procedimento ocorre em duas etapas. Primeiro, o indivíduo recebe orientações sobre a importância do conhecimento da identidade biológica e da figura paterna e sua participação na criação de



Defensora pública Luciana Schneider



Paternidade Reconhecida

Impresso/
Correio do Povo

Com a posse de sete novos profissionais, Defensoria vai oferecer 500 atendimentos anuais



Posse de novos Defensores Públicos vai ampliar atendimentos no interior do Estado

Rádio /
Rádio Gaúcha



Defensoria Pública realiza mutirão do projeto 'Pai Presente'

TV / RBS TV



Mais de **350** entrevistas concedidas em todo o Brasil.

550 programas de radioweb da Defensoria Pública produzidos.

101 infobanners e cards de datas comemorativas desenvolvidos para as redes sociais, focado na educação em direitos.

Aproximadamente **850** notícias produzidas para os meios de comunicação da instituição como site e intranet.



Mais de **13 mil** curtidas no Facebook – **3ª** página mais curtida entre as Defensorias Públicas do País



Mais de **1.500** inserções na mídia.



Defensoria Pública realiza mutirão do projeto 'Pai Presente'

TV / RBS TV

Acesse as matérias na íntegra:

1. Faça o download gratuito de um aplicativo leitor de QR Code

2. Ao carregar, confira a matéria na íntegra

3. Com leitor de QR Code aproxime o seu celular do código.

QR CODE





DPE ajuda a renegociar dívidas

TV / RBS TV

Defensoria Pública do Estado realiza pesquisa de opinião pública

São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo estão entre as cidades que serão visitadas pelos pesquisadores

Porto Alegre (RS) - Quarenta cidades foram selecionadas para participar de uma pesquisa de opinião pública que está sendo realizada pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul...

DPE realiza pesquisa de opinião pública em mais de 40 cidades

Impresso / Jornal VS

Debate sobre pichação

"O Muro é o Meio" será exibido no Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública (Caldas Júnior, 352), nesta segunda-feira, das 18h às 20h, com entrada franca.

A última pichação será realizada no dia 23, com o filme "500 Roubados pela Ditadura Militar", com a temática reito à memória e à verdade pública...

Debate sobre pichação

Impresso / Correo do Povo



Erros da Justiça

Impresso / Super Interessante



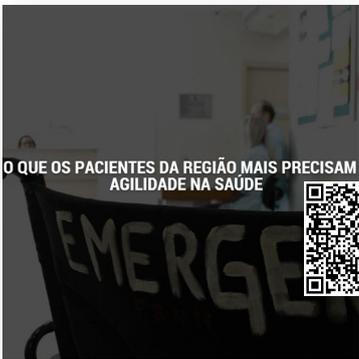
Novos Defensores Públicos de Rio Grande

TV / RBS TV Rio Grande



Lei Maria da Penha: 10 anos em defesa da mulher

TV / SBT



O que os pacientes mais precisam é agilidade na saúde

WEB / Jornal NH

ARTIGOS SUPERENDIVIDADO? O QUE FAZER?

A sociedade moderna de massa impõe um consumo exagerado e, não raras vezes, superior às possibilidades financeiras daquele que consome. Esse consumo é imposto não somente pela cultura da obsolescência programada, mas através da publicidade, em filmes e novelas com linguagens subliminares que impõem a aquisição de bem ou serviço sob o argumento de "não se pode viver sem".



Superendividado? O que fazer?

IMPRESSO / ZERO HORA



Mutirão Estender a Mão

TV / TVE



Defensoria Pública realiza mutirão de serviços na Vila Choccolato

TV / TV Pampa



Endividados procuram ajuda na Defensoria

TV / RBS TV

Cresce 45% a demanda da Defensoria Pública de Caxias do Sul

Cidade tem a maior média de processos por defensor público no Estado



Cresce 45% a demanda da DPE de Caxias do Sul

Rádio / Rádio Gaúcha



MULHERES

Qualificação no atendimento

Núcleos da Defensoria Pública em todo o país vão se reunir, sexta-feira, para elaborar um relatório de medidas e um plano para qualificar o atendimento às mulheres vítimas de violência. Em Porto Alegre, uma audiência pública realizada nesta semana coletou novas propostas. "A Lei Maria da Penha, que completa dez anos no dia 7 de agosto, é considerada um dos cinco melhores diplomas de defesa da mulher do mundo. E muito bem escrita, mas ainda pouco praticada. Queremos passar do plano das ideias, sugerir alterações e,



Qualificação no atendimento

Impresso/Correio do Povo



Entenda como funciona a Defensoria de Caxias do Sul

TV / RBS TV Caxias do Sul



Defensoria Pública faz mutirão na Vila Chocolateão, em Porto Alegre

TV / RBS TV



Mutirão da DPE estaciona no bairro Sarandi em Porto Alegre

TV / RBS TV



DPE oferece atendimento gratuito em Porto Alegre

TV / RBS TV

Mutirão de orientação jurídica para mulheres

A Defensoria Pública do Estado, o serviço público em um local público, movimentação, para mulheres entendam que a ação está aberta para a percepção ainda que os heres têm muito medo de ajuda, principalmente pobres, e constrangimento, o que prevalece entre as de classe social mais alta", afirmou. No Brasil, uma mulher morre a cada 15 minutos vítima de violência. A cada ano, são recebidas cerca de 50 mil notificações e 500 mil subnotificações de violência contra a mulher. Em Porto Alegre, já foram registrados 700 casos neste ano.



Mutirão de orientação jurídica para mulheres

Impresso/Correio do Povo



JC Jornal da Lei

DEFENSORIA PÚBLICA
Atendimento no Interior precisa melhorar, diz Heer

Para a Defensoria Pública do Estado, o atendimento no interior precisa melhorar. O Defensor Público-Geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt, afirmou durante uma audiência pública realizada em Porto Alegre nesta semana. Heerdt destacou que a Defensoria Pública do Estado tem um papel fundamental na garantia do acesso à justiça e na defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência. Ele também mencionou a importância de melhorar o atendimento no interior do Estado, onde há uma grande necessidade de serviços jurídicos gratuitos.

Atendimento no interior precisa melhorar

Impresso/Jornal do Comércio

MULTA POR FALTA DE PLANO PARA CRECHES

Prefeitura contestou decisão da Justiça por não apresentar plano de expansão de vagas em creche municipal.

UMA DIFÍCIL REALIDADE

Uma reportagem sobre a realidade das creches em Porto Alegre, destacando a falta de infraestrutura e a necessidade de mais vagas para atender a demanda crescente.



Multa por falta de plano para cheches

Impresso/Diário Gaúcho



Vidas destruídas pela justiça

Impresso/Revista ISTOÉ

Defensor Geral do Estado visita a comarca de Livramento

Acompanhado da Defensora Pública Luciana Badra e da nova Defensora Betina Albuquerque, Cristiano Vieira falou dos projetos da Instituição



Defensor Público-Geral do Estado visita a comarca de Livramento

Impresso/A Platéia

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul realiza pesquisa de opinião pública

Porto Alegre (RS) - Iniciou segunda-feira, 12 de setembro, a pesquisa de opinião pública sobre a Defensoria Pública do Estado (DPE) em 20 cidades gaúchas incluindo Santana do Livramento. A iniciativa faz parte do Projeto de Modernização Institucional (PMI), que tem financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e resulta em indicadores da percepção da população do Rio Grande do Sul sobre a instituição, além de dados que auxiliam na melhor divulgação da Defensoria Pública, fazendo com que mais gaúchos tenham acesso à justiça.





DIREITOS HUMANOS

Instituições irão vistoriar albergues de Porto Alegre

Vereadores, MP e Defensoria trocarão informações sobre denúncias

Jessica Gastafan
jessicagastafan@comercio.com.br

A situação dos albergues e casas de convivência para a população em situação de rua da Capital será alvo de vistoria por parte da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Coddem) da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da Defensoria Pública e do Ministério Público (MP). Na tarde de ontem, os vereadores Dr. Thiago Diêmo e Prof. Alan Fraga (PSol) inauguraram a comissão, se reuniram com a promotora de Justiça Ivana Battaglia e com a defensora Mariana Pappalardi, coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos, para definir quais procedimentos serão instaurados. Além

das denúncias recebidas, as instituições pretendem visitar as estruturas de assistência e apresentar os resultados para os gestores responsáveis. Segundo Mariana, as denúncias são trazidas ao centro pela população que utiliza os albergues. A partir dos relatos, a Defensoria Pública realiza uma investigação e tenta buscar soluções. "Temos diversos usuários que nos procuraram demonstrando insatisfação com alguns albergues, sejam eles municipais ou conveniados. Os problemas são relacionados principalmente a questões estruturais, como chuveiros com água fria, falta de cama e o tratamento de alguns moradores. Muitas se referem ainda à questão da limpeza dos locais e também à dificuldade de acesso para cadeirantes", relatou.



Instituições irão vistoriar albergues de Porto Alegre

Impresso/
Jornal do Comércio



LUCIANA SCHNEIDER
defensora pública

Defensoria Pública realiza mutirão na Zona Norte de Porto Alegre

TV / RBS TV



IN TOLERANCIA

O medo despertado pelas diferenças

Falta de conhecimento sobre o outro e insegurança sobre si alimentam intolerância

Respeito pela diversidade

318 mortos em 2015

PROGRAMA COMUNITÁRIO

O medo despertado pelas diferenças

Impresso/
Jornal ABC

2 Terça-feira, 17 de maio de 2016

ACESSO À JUSTIÇA

Defensoria dribla dificuldades para qualificar o serviço

Cidade para Constituição de 1988, instituição essencial à prestação de serviços essenciais à justiça gratuita de mais recursos



100% de atendimento
100% de atendimento
100% de atendimento

Defensoria dribla dificuldades para qualificar o serviço

Impresso/
Jornal do Comércio



CRISTIANO VIEIRA HEERDT
defensor público geral do Estado

Conheça a Defensoria Pública

TV / TVE



Quem defende a Defensoria?

Defesa civil e defensoria de infância

Sofrendo com a crise, Defensoria Pública precisa de... defensores

Quem são os defensores de infância

Sofrendo com a crise, Defensoria Pública precisa de... defensores

Impresso/
Informativo do Vale



TIAGO RODRIGO DOS SANTOS
subdefensor público-geral do Estado

Mutirão de reconhecimento da paternidade

TV / RBS TV



ESPAÇO JURÍDICO

'Mais que reparação, buscamos a conciliação'

Heerdt irá manter uma linha de diálogo sempre aberta com os demais poderes, em especial o Judiciário

MAIO JIMENEZ

Com a intenção de manter uma linha de diálogo aberta com os demais poderes, o defensor público-geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt, irá manter uma linha de diálogo sempre aberta com os demais poderes, em especial o Judiciário.

Segundo Heerdt, principais demandas da Defensoria envolvem:

Mais que reparação, buscamos a conciliação

Impresso/
Correio do Povo



Na Justiça, em busca do direito à saúde

Em busca do direito à saúde

Na Justiça, em busca do direito à saúde

Impresso/
Correio do Povo

Pais que buscam seu direito

Pais que buscam seu direito

Pais que buscam seu direito

Impresso/
Correio do Povo

PIONEIRO

Crise aumenta em 46% os atendimentos na Defensoria

Demanda cresceu 46% em 2016

Procura é maior na área civil. Novos atendimentos estão sendo marcados para abril de 2017

Demanda cresceu 46% em 2016

Impresso/
Pioneiro

O desabafo de uma mãe

"Não sou a única nessa situação"

O desabafo de uma mãe

Impresso/
Zero Hora



Perspectivas e desafios

O relatório ora apresentado evidencia a evolução e o crescimento da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Desde 1994, quando de sua implementação, a Instituição vem ampliando a sua atuação no Estado e vem obtendo significativos avanços e melhorias na sua estrutura de trabalho e de atendimento.

Todavia, ainda há muitos desafios a enfrentar. No Rio Grande do Sul, há 165 comarcas, cuja jurisdição abrange os 497 municípios gaúchos. Atualmente, a Defensoria Pública presta atendimento em 153 comarcas. Porém, em 28 comarcas atendidas o serviço da Defensoria Pública é realizado apenas um dia por semana, através do deslocamento de um agente lotado em outra comarca. E, ainda, em 12 comarcas gaúchas a Defensoria Pública deixa de prestar sua função constitucional, pois não há agentes para atendimento.

Para atender o comando constitucional, advindo da Emenda Constitucional nº 80/2014, no sentido de estabelecer o serviço em todas as unidades judiciárias no prazo de oito anos, o principal desafio da Instituição é a criação e provimento de cargos para a expansão do atendimento. Também é necessário qualificar e capacitar cada vez mais o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública, priorizando a resolução extrajudicial

dos conflitos sociais, reduzindo-se, assim, o ingresso de ações no sistema de justiça. Assim, temos o compromisso de seguir executando o Projeto de Modernização Institucional (PMI), com recursos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), nos seguintes eixos: fortalecimento da Defensoria Pública com planejamento estratégico, estruturação física, desenvolvimento tecnológico através da automação e da informatização e capacitação de pessoas.

A necessidade de fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública é um dos desafios não apenas no cenário estadual, como também no âmbito nacional. Em 2015, o Governo Federal, através da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ), publicou o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, resultado de uma pesquisa elaborada no âmbito do projeto de Fortalecimento do Acesso à Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul continuará avançando para a garantia do acesso à justiça, da concretização dos direitos fundamentais, da cidadania e do direito a ter direitos.



Relatório Anual 2016 Realização

Comissão Editorial

Administração Superior

Jornalista Responsável

Nicole Borges de Carvalho

Projeto Gráfico

Ascom/DPERS

Pedro Luiz Chein Alano

Fotografia

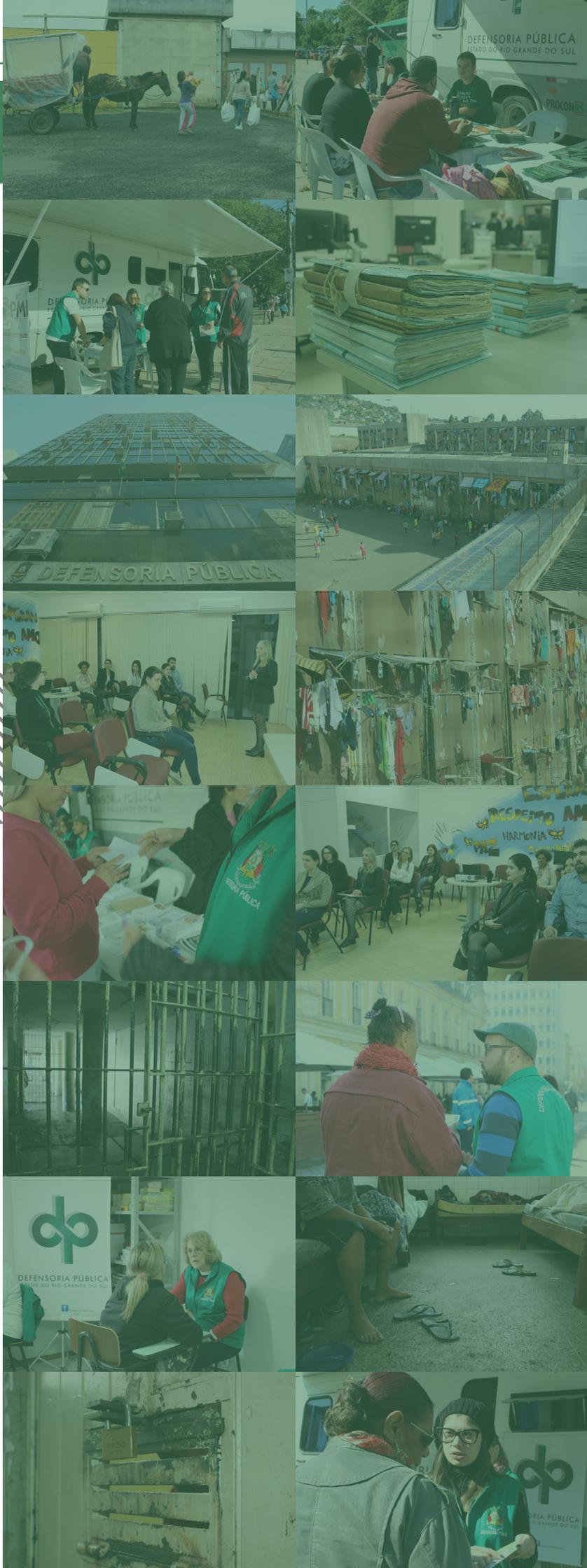
ASCOM/DPERS

Mariana Ribeiro

Free Images



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MISSÃO

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o **acesso à justiça**, a promoção dos **direitos humanos** e o **exercício de direitos** às pessoas em situação de vulnerabilidade.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de **excelência**, imprescindível à **garantia dos direitos humanos** e do **acesso à justiça**.

VALORES

Ética e Respeito;
Foco em Resultado;
Confiabilidade e Credibilidade;
Valorização das Pessoas;
Acolhimento e Humanidade;
Comprometimento e engajamento de todos;
Transparência.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

